

PRODUTO 1 – ESTADO DA ARTE NO BRASIL

A SINGULARIDADE DO RURAL BRASILEIRO: IMPLICAÇÕES PARA TIPOLOGIAS TERRITORIAIS E A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Arilson Favareto

Relatório Final

Projeto “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil”

Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola - IICA

Brasília, Fevereiro/2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

- 1. O RURAL E O URBANO: UMA DIALÉTICA**
 - 2. FORÇA E FRAQUEZA DAS CIDADES NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO**
 - 3. O RURAL NO BRASIL URBANO E INDUSTRIAL.**
 - 3.1 O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO.
 - 3.2 DEFINIÇÃO OFICIAL DOS ESPAÇOS RURAIS: O RURAL PERIFÉRICO, RESIDUAL E DOMINADO.
 - 3.3 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO RURAL
 - 4. A RURALIDADE CONTEMPORÂNEA NO BRASIL**
 - 4.1. TRAÇOS MARCANTES
 - 4.2. TENDÊNCIAS
 - 4.3. SIGNIFICADOS E IMPLICAÇÕES DAS TENDÊNCIAS RECENTES DO RURAL BRASILEIRO.
 - 5. TIPOLOGIAS, DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS**
 - 5.1. PRINCIPAIS TIPOLOGIAS SOBRE O RURAL EM DEBATE
 - 5.2. IDEIAS PARA NOVAS TIPOLOGIAS
 - 6. CONCLUSÕES – TRÊS PROPOSTAS PARA O RURAL BRASILEIRO**
- BIBLIOGRAFIA**

INTRODUÇÃO

O texto apresentado nas páginas foi elaborado nos marcos do Projeto “Repensando o conceito de ruralidade no Brasil – implicações para as políticas públicas”, coordenado pelo Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, em parceria com diversos órgãos do Governo Federal. A encomenda aos autores pedia uma revisão da literatura brasileira sobre as definições do que é o rural e a análise das suas implicações para definições mais atuais, capazes de levar a um aprimoramento das políticas para estes espaços. O texto está baseado em trabalhos anteriormente publicados pelos autores e indicados na Bibliografia.

São três as ideias centrais que se pretende evidenciar aqui e elas podem ser avançadas desde já para facilitar a leitura.

A primeira delas é que o rural não é uma categoria a-histórica, que se possa definir de maneira essencialista, independente do tempo e do lugar. Diferente disso, o intuito é mostrar que as formas de definir o que é o rural guardam, no nosso caso, direta correspondência com a trajetória social da formação brasileira. Trata-se de uma definição relacional, cujas bases são as interdependências do rural com outras esferas da vida social, seja no domínio de sua base material, seja no domínio das representações. A consequência desta afirmação é que a elaboração de tipologias territoriais ou de políticas públicas não pode ser somente um exercício técnico; é algo que demanda uma adequação de critérios técnicos à singularidade do rural brasileiro.

A segunda ideia central do texto reside na afirmação de que há uma expressiva heterogeneidade nessa ruralidade brasileira. E ela se manifesta em distintas escalas, dos grandes subespaços nacionais até a heterogeneidade que se apresenta nas diferentes formas predominantes de propriedade da terra e de organização econômica e social. Por sua vez, a consequência desse fato para tipologias e políticas é a necessidade de, por um lado, dar visibilidade a esta heterogeneidade, a partir da escala mais elementar dos espaços rurais, até uma escala geográfica intermediária – mais ampla do que os municípios, menor do que as grandes regiões brasileiras -, e por outro lado, reconhecer que as tendências em curso que agem metamorfoseando o rural brasileiro não repercutem nestas escalas da mesma forma; isto é, é preciso identificar as tendências de mudança que apontam para o movimento do real, mas também a sua dialética com as estruturas

que permanecem no tempo e que são as responsáveis pela distinção das formações territoriais.

A terceira e última ideia forte do texto consiste em apontar o vazio institucional que há nas formas de regulação territorial do rural brasileiro, fator que se explica pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços nas estratégias e na ideologia do desenvolvimento brasileiro. Se a trajetória da urbanização brasileira permite explicar as razões desta ideologia, os caracteres estruturais do território nacional, sua economia e sua organização social no início do século XXI – com a persistência dos espaços rurais e de sua importância para a economia, a coesão social e a sustentabilidade ambiental - tornam imperioso que essa lacuna seja preenchida. E aqui se lança a ideia de que é necessário um equivalente ao Estatuto das Cidades para o meio rural brasileiro.

Para sustentar essas três ideias, o texto está organizado em seis seções: 1) O rural e o urbano: uma dialética. Nela são apresentados alguns aspectos conceituais sobre a definição destas duas categorias espaciais. 2) Força e fraqueza das cidades na formação do Brasil. Aqui é apresentada a singularidade da formação das cidades na nossa história e a herança que marca a hierarquia entre o urbano e o rural. 3) O rural no Brasil urbano e industrial. Nesta seção um dos objetivos principais é mostrar as características que assumiu o rural nos marcos desta sociedade urbano-industrial, como as estratégias de modernização do Brasil reforçaram o caráter periférico conferido ao rural, e como esta trajetória legou uma definição legal que não confere lugar substantivo ao rural. A seção termina com uma reflexão tendo por objeto a produção do conhecimento sobre o rural brasileiro. 4) O rural brasileiro contemporâneo. Pretende-se evidenciar nessa seção os caracteres singulares do rural brasileiro neste início de Século XXI, identificando as mais importantes permanências e mudanças e como elas dão forma a uma heterogeneidade que precisa ser reconhecida por meio de tipologias e de estudos, e que deve ser objeto de políticas afirmativas apoiadas justamente nestas diferenças. 5) Tipologias, dinâmicas de desenvolvimento rural e políticas. A seção apresenta estudos que abordaram esta tríade de temas tendo como finalidade pontuar ideias a serem consideradas em futuros exercícios de elaboração de novas tipologias voltadas a dar conta da heterogeneidade do rural brasileiro. 6) Conclusão. Aqui são retomadas as ideias centrais que se busca afirmar no decorrer do texto. E, finalmente, são apresentadas três propostas que

poderiam contribuir para suprir o vazio institucional que marca a regulação do rural brasileiro.

1. O RURAL E O URBANO: UMA DIALÉTICA

A ruralidade aparece, para muitos dos seus estudiosos, tanto no Brasil como em outros países, como uma “noção polissêmica e controversa” (Mora; Heurgon; Gauvrit, 2008, p.37). Contribui para isto as diferentes formas de conceber as instâncias empíricas fundamentais que conformam o rural, o que varia tanto entre as diferentes tradições disciplinares como nos contextos históricos e espaciais de que falam autores e teorias.

Na economia rural a tradição sempre foi pensar seu objeto como algo relativo à lógica dos custos e da administração da produção primária, incluindo assim, além da agricultura, a exploração florestal e outras atividades extrativas, tendo sempre por universo as famílias ou empresas ligadas a este setor. Mas o rural não se resume às formas de produção agropecuária. O rural é um lugar de produção, mas também um lugar de vida e um lugar de moradia.

Na sociologia, a própria criação do ramo dedicado ao rural veio apoiada na oposição comunidade-sociedade, delimitando seu objeto ao estudo das várias dimensões da vida social dos pequenos lugarejos e sempre pensando esta esfera com uma relativa autonomia e em aberto contraste com a sociedade envolvente. A clássica definição de Sorokin elenca os seguintes traços marcantes: as diferenças ocupacionais entre os dois espaços, com maior peso das atividades primárias no caso dos espaços rurais; as diferenças ambientais, com maior dependência da natureza no rural; o tamanho reduzido da população; a baixa densidade demográfica; o menor grau de diferenciação social e de complexidade; as características de mobilidade social; e as diferenças de sentido da migração (Sorokin, Zimmerman, Galpin. 1986).

Para o que nos interessa no presente texto e sem pretender escapar de sua complexidade, a ruralidade diz respeito à forma como se organiza a vida social, levando em conta, especialmente, o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais; os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida.

Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao

mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade). (Wanderley, 2000, p.70)

Essa noção permite explicar a relação que a sociedade mantém com o seu mundo rural, projetando sobre ele suas próprias características, processos evolutivos e valores. A referência a estas características, no entanto, não pode ser entendida como a busca do que seria uma forma a-histórica do rural.

O “rural” não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma. Cabe, portanto, ao pesquisador, “compreender as formas deste rural nas diversas sociedades passadas e presentes”. (Wanderley, 2000, p. 70)

A questão se desloca, portanto, para a compreensão do que é o rural nas sociedades atuais. Para responder a essa questão, colocamos no centro de nossas reflexões duas dimensões complementares: por um lado, os aspectos materiais e sociais, de uma certa forma visíveis, decorrentes, particularmente, do predomínio, nos espaços rurais, das paisagens naturais e da condição de pequeno aglomerado, com baixa densidade populacional, no qual prevalecem as relações de proximidade; e, por outro lado, os significados que a própria sociedade atribui a essas particularidades, que expressam, fundamentalmente, os efeitos, sobre os espaços rurais, das relações de forças sociais que se entrecruzam na sociedade em seu conjunto.

A ênfase nessas duas dimensões encontra respaldo em um grande número de estudos brasileiros e estrangeiros. Para Marcel Jollivet (1997), o mundo rural pode ser entendido em três níveis complementares: enquanto categoria administrativa corresponde aos critérios distintivos entre os espaços rurais e urbanos adotados em cada país, sobre os quais se fundamentam as estatísticas e as análises oficiais a respeito do rural; enquanto categoria “morfológica”, que distingue os espaços do ponto de vista de suas características geográficas e sociológicas; e enquanto “uma significação, que ultrapassa, de muito, esse aspecto propriamente pragmático e instrumental” (Jollivet, 1997, p. 11).

Sob esse enfoque, o rural não é um simples efeito da memória e da imaginação; ele se expressa real e concretamente, enquanto “forma territorial da

vida social”, através das particularidades de suas paisagens, dos modos de habitar e de conviver de sua população. Em outro texto, o mesmo Marcel Jollivet não hesita em afirmar:

Se a oposição entre cidades e campos não é o que os ideólogos dizem que ela é, isso não quer dizer que não exista. Ela é um fato evidente de morfologia social para retomar o termo da sociologia durkheimiana. O objeto-cidade, as aglomerações urbanas e o objeto-campo, um espaço recoberto por povoados, são concretamente bem distintos e sociologicamente tão diferenciados quanto possível. (Jollivet, 2001, p. 62).

Porém, o que se chama a “morfologia” rural e suas características particulares não se explicam por si mesmas. Para Marcel Jollivet, as distinções físicas e sociais são “os traços, os testemunhos, a expressão concreta” da história econômica de cada sociedade, que

é também uma história política, feita de escolhas sobre a base de antagonismos, de alianças, de relações de poder entre forças sociais (grande propriedade fundiária, burguesia, classe operária, campesinato...); elas exprimem uma relação coletiva historicamente construída entre uma população e seu território e a esse título fazem parte das representações coletivas que fundamentam a identidade nacional (Jollivet, 1997, p. 12).

Marc Mormont reforça essa mesma compreensão:

seria vão procurar numa realidade física, econômica ou ecológica os fundamentos de uma ruralidade; seria também vão procurar apenas um imaginário que faria do rural uma pura construção mental. Não existe espaço a não ser por uma série de diferenças, mas a definição do rural é uma dialética; grupos e instituições o definem dando sentido a essas diferenças e sua ação – notadamente política – age sobre essas diferenças, cria e revela outras, às quais novos sentidos são dados (Mormont, 1997, p. 19).

Entre os estudiosos de língua inglesa, encontramos igualmente uma abordagem muito semelhante ao que propõem os autores acima citados. Paul Cloke (2006, p. 20), por exemplo, distingue três dimensões do rural que, para ele, correspondem a três correntes teóricas:

- a. O conceito funcional de ruralidade, que diz respeito aos elementos funcionais próprios do mundo rural: o lugar, a paisagem, a sociedade rural;
- b. O conceito político-econômico, que pretende explicar a natureza e posição do rural em termos da produção social da existência;
- c. A construção social da ruralidade, que privilegia o papel da cultura na distinção socioespacial.

Todas estas definições sugerem que uma abordagem da história das relações entre campo e cidade deveria combinar a composição de critérios estruturais e funcionais com critérios relacionais, através de um tratamento da longa duração da contradição (da unidade contraditória) entre os dois polos. É isso o que faz Georges Duby (1973) analisando a situação europeia e francesa em particular, até chegar a uma tipologia da interação destes espaços. Ou Fernand Braudel (1979/1995; 1985) que em sua obra clássica confere às cidades – sempre tomadas em relação com os campos – o mesmo estatuto dado à moeda na evolução histórica da *Civilização material e capitalismo*: ambos são fundamentais para a ampliação das trocas. E, como diz Braudel, “*sans échange, pas de société*”. Não se trata, pois, de isolar ou eliminar um dos dois polos, mas de analisar a evolução de suas contradições e interdependências, mesmo no auge da urbanização, como nos tempos atuais.

Também entre os pesquisadores brasileiros, essa é a concepção que nos parece melhor explicar a complexidade do mundo rural. Assim, para Ricardo Abramovay, a ruralidade pode ser entendida como

[...] uma certa relação com a natureza (em que a biodiversidade e a paisagem material aparecem como trunfos e não como obstáculos ao desenvolvimento; uma certa relação com as cidades (de onde vem parte crescente das rendas das populações rurais) e uma certa relação dos habitantes entre si (que pode ser definida pela economia de proximidade, por um conjunto de laços sociais que valorizam as relações diretas de interconhecimento): essas características oferecem perspectivas promissoras ao processo de desenvolvimento. (Abramovay, 2003, p. 13).

No mesmo sentido, Ângela Duarte Damasceno Ferreira considera que

o rural é um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações sociais, uma paisagem ecológica e cultural e representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida. Esse conjunto de características materiais e imateriais apresenta uma singularidade e uma dinâmica próprias, mesmo se articuladas integralmente ao “mundo urbano” no âmbito de um território concreto ou imersa nos processos, redes e símbolos mais gerais da urbanidade. (Ferreira, 2002, p. 31).

Dessa visão complexa, construída sobre o rural, decorrem três implicações fundamentais. Em primeiro lugar, não é possível conceber a realidade rural isolada ou independente da dinâmica mais ampla que, no caso das sociedades modernas, tem, indiscutivelmente, nas cidades a sua fonte impulsionadora. Nesse sentido, as relações entre os espaços rurais e as cidades assumem crescentemente

um caráter de interdependência, superando definitivamente o antagonismo que marcou sua evolução histórica nos países hoje desenvolvidos (Veiga, 2003; Favareto, 2007; Berdegué et alii, 2012). Essa afirmação é hoje, sem dúvida, consensual, como afirma Ricardo Abramovay, com base em referências centrais do debate internacional: “o rural não é definido por oposição e sim nas suas relações com as cidades”. (Abramovay, 2003, p. 20). Isso significa reconhecer a existência de distinções e descontinuidades, elas mesmas resultantes das formas como campo e cidade são solidários e intercambiam os seus próprios valores. Dessa forma, “o rural e o urbano constituiriam dois “tipos ideais” de formas territoriais da vida social, portadores de singularidades, apesar da crescente interpenetração dos dois mundos”. (Ferreira; Jean; Wanderley, 2008, p. 343)

Em segundo lugar, mesmo reconhecíveis nos campos da geografia, da economia, da história e da sociologia, como foi dito acima, os traços distintivos dos espaços rurais variam significativamente de uma sociedade a outra, assumindo em cada uma delas um sentido particular.

Finalmente, em terceiro lugar, o desenvolvimento rural, isto é, a definição dos caminhos de enfrentamento e superação dos problemas ambientais, econômicos, sociais e políticos, presentes no meio rural e em suas relações com as cidades – inclusive, a própria percepção desses problemas - assume o caráter de projetos de sociedade. As relações contraditórias, ou mesmo conflituosas, entre os diversos interesses em jogo, no mundo rural e fora dele, constituem a matéria prima da ruralidade que assim se expressa e que, por essa razão, deveria ser considerada no plural, como ruralidades.

Assim, resta explicitar, no caso do Brasil, que características são associadas ao “rural” e buscar compreendê-las sob a perspectiva da história política e social da sociedade brasileira.

2. FORÇA E FRAQUEZA DAS CIDADES NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO.

A configuração urbano-rural, que se observa na sociedade brasileira atual é o resultado de uma longa história, cujas origens remontam ao período colonial e que está diretamente associada ao processo de colonização e ocupação das áreas interioranas do País (Bitoun, 2010). A bibliografia sobre esse processo é bastante ampla e conhecida, mas, para o que nos interessa no presente texto, é importante lembrar que a efetiva ocupação do território se realizou a partir dos núcleos de povoamento já instalados no litoral, na direção das vastas áreas desconhecidas do interior do país, os “sertões”, de difícil acesso através de florestas extremamente perigosas, em razão da presença indígena.

O geógrafo francês Pierre Desffontaines considera que o povoamento do território brasileiro se realizou através de forma extremamente dispersa. Para ele, a unidade do povoamento “é a grande propriedade, a *fazenda*, com a sua colônia de empregados rurais [...]”. (Desffontaines 1944, I, p. 141)

Progressivamente, pequenas, senão minúsculas aglomerações se formam, e darão origem às vilas e cidades, considerados núcleos urbanos. Essas aglomerações tornavam-se, como as próprias fazendas, “pontos de civilização”, na medida em que se firmavam como locais estratégicos de passagem e hospedagem para os viajantes e consolidavam uma atividade econômica, agrícola, mineira ou comercial. Para o geógrafo francês, esses pequenos núcleos são a consequência da própria dispersão da população. “A maioria dos habitantes vive sobre o seu domínio, muito separados uns dos outros, em economia quase fechada; a sua própria solidão os incita a organizar lugares de reunião”. Esses nasceram

[...] de uma necessidade de vida social, necessidade de se tornar à sociedade, de romper a monotonia da solidão do sertão; o sertanejo vem à cidade como um nômade do deserto vem ao Oasis. A aglomeração aparece como uma reação contra o isolamento. (Desffontaines, 1944, II, p.300)

O mesmo autor enumera as formas de agrupamento que se constituíram, ao longo do tempo, como “embriões de cidades”: os aldeamentos de índios, organizados pelos padres jesuítas, as feitorias militares, as vilas mineiras, os pousos instalados ao longo das estradas, as vilas da navegação e as estações ferroviárias. (Desffontaines, 1944, I)

Para que um povoado fosse reconhecido como “vila”, a primeira exigência era a constituição de uma câmara, para a qual eram eleitos os “homens bons” da localidade, encarregados de assegurar sua administração e a aplicação da justiça e de cobrar impostos e taxas a toda a população. A outorga da condição de vila significava o reconhecimento de uma aglomeração como um núcleo urbano, lugar do poder, onde residiam – ou se instalavam de passagem - os representantes da coroa portuguesa e da igreja católica. Em torno de uma praça, uma capela, os locais do exercício do poder e as residências permanentes ou transitórias de algumas autoridades formavam o reduzido tecido “urbano”.

A confirmação de um núcleo urbano supunha a definição do seu “termo”, isto é, a área sob sua jurisdição para além dos limites da aglomeração propriamente dita. Essa área “rural” incluía as propriedades dedicadas à exploração agropecuária e à extração mineira, os “sertões”, ainda inexplorados e os povoados próximos não reconhecidos como vilas. Em muitos casos, a conquista do título de vila foi o resultado de profundos conflitos entre as elites locais de diversos agrupamentos próximos, que disputavam o mesmo privilégio e a escolha frequentemente refletia mais o poder de influência da elite vencedora do que, propriamente, uma efetiva proeminência econômica e social do povoado. (Fonseca, 2011)

Nasce, assim, uma relação “urbano-rural” muito particular, de natureza eminentemente política, pois baseada na dominação da vila sobre o seu “termo”, especialmente no que se refere à cobrança de impostos e à distribuição de serviços públicos. Trata-se de uma especial expressão de relações sociais de dominação. Essa particularidade resulta, em primeiro lugar, do fato de que a vila, mesmo sendo o espaço do exercício do poder, dependia do dinamismo do conjunto de sua área de influência. Para Florestan Fernandes,

A vila se transformara, portanto, em um apêndice do campo. Embora a maior parte dos lavradores possuísse duas residências, uma no campo e outra dentro dos muros, a vida própria da vila se reduzia em volume e intensidade, sendo quase nula sua influência econômica [...] A escassez de moeda, a prática extensa do escambo e a inexistência de meios autônomos de formação de capital subordinavam completamente, dentro dos limites de uma economia artesanal pouco diferenciada e com um mercado restrito, a vida econômica da vila à economia das propriedades rurais. (Fernandes, 2008, p. 182)

Em segundo lugar, e sobretudo, porque os grandes proprietários de terras e de minas, que habitavam em suas próprias terras, fora, portanto, do núcleo urbano da vila, faziam parte da elite local e na condição de “homens bons” participavam das câmaras municipais. Os homens bons, tanto os residentes na vila, como os que viviam em suas propriedades rurais, formavam, assim, uma espécie de “aliança pelo alto”, que polarizava a sociedade local, não necessariamente entre o “urbano” e o “rural”, mas entre a elite – do campo como da vila – e o restante da população local.

Durante o Século XIX e a primeira metade do Século XX, a ocupação do interior do país, seguiu o mesmo processo: a “conquista” dos sertões desconhecidos e considerados desabitados se efetua através da simultânea constituição de cidades e campos e pela dominação local, a partir da cidade, das elites fundiárias e empresariais. É o caso, por exemplo, dos Estados de São Paulo e do Paraná, nos quais não são raros os casos de empresas brasileiras ou estrangeiras que investiram na compra de grandes extensões de terra, a serem loteadas em pequenas e médias unidades. Mais uma vez, o campo se constitui juntamente com a cidade, pois a implantação do agrupamento rural precede ou segue de perto a criação de um núcleo urbano.

O sistema rodoviário do Norte do Paraná foi concebido de maneira a facilitar as relações entre os sítios e as cidades e do campo com as casas de comércio e as estações ferroviárias. Sua amplitude e sua qualidade são um bom exemplo de ação dos loteadores para proteger o pioneiro contra o isolamento e para amparar uma economia totalmente orientada para o comércio. (Monbeig, 1984, p. 233)

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, os membros da elite local

[...] procuraram sempre desenvolver, na região que dominavam, um centro urbano que ficasse na sua dependência e que constituísse ao mesmo tempo centro de suas atividades; agiram ou como fundadores ou como protetores de cidades que foram suas, no sentido pleno do termo. Povoados, vilas, cidades, constituíram então sedes de grupos de parentelas ou de um grupo de parentelas, aumentando com a multiplicação destes grupos. (Queiroz, 1975, p. 180)

Florestan Fernandes considera que, na sociedade tradicional brasileira, vila e cidade exprimiam os padrões de cultura de uma “civilização agrária”. Ele identifica nas cidades tradicionais brasileiras um “apinhamento de funções urbanas” que, no entanto, “não continha, em si mesmo, os germes de uma revolução urbana propriamente dita”. (Florestan Fernandes, 1975, p. 140). Neste

contexto, “o meio sociocultural jamais libertou esse tipo de cidade das amarras que a prendiam à tutela direta ou indireta do campo” (Fernandes, 1975, p. 141).

Cidades que prendiam o homem ao horizonte cultural rústico e ao conservantismo prepotente como estilo de vida. Não obstante, na superfície, ostentavam vários traços demográficos, econômicos ou socioculturais da vida urbana. O congestionamento urbano da paisagem, portanto, não indica, por si mesmo, os novos rumos da história. Estabelece, apenas, um indício do modo pelo qual as funções urbanas se comprometem regionalmente com os interesses e os valores de vilas, fazendas e pequenas comunidades nuclearmente rústicas (Fernandes, 1975, p. 141).

É nesse mesmo sentido que se pode entender a análise de Sergio Buarque de Holanda, para quem:

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. Se não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependência delas. Com pouco exagero pode-se dizer que tal situação não se modificou essencialmente até a Abolição. (Holanda, 1995, p. 41).

E este autor acrescenta: “A pujança dos domínios rurais, comparada à mesquinhez urbana, representa fenômeno que se instalou aqui com os colonos portugueses, desde que se fixaram à terra” (Holanda, 1995, p. 60).

Assim sendo, ao contrário do pensamento europeu, que compreendia o campo e a cidade como polos de gêneros de vida ou mesmo de civilizações distintas, na formação da sociedade brasileira, ambos eram elementos de uma mesma cultura. Nas palavras de Florestan Fernandes,

[...] não existiam limites culturais definidos entre a vila e o campo; [...] Os muros não separavam os dois gêneros de vida, opostos ou diferentes. Ao contrário, uniam de modo mais forte os homens que defendiam a mesma concepção do mundo. (Fernandes, 2008, p. 184).

A ocupação do interior do país se prolongou, praticamente, até o final do século XX, quando se afirma que as fronteiras estão plenamente ocupadas. Sob formas distintas em cada região, esse processo reproduziu a relação urbano-rural inicial, que reitera a cidade como centro do qual emana o poder local, cuja hegemonia é assegurada pelos grandes proprietários rurais, o que autoriza a

afirmação de que, no Brasil, em toda a sua história, a relação urbano-rural sempre esteve subsumida a uma polarização mais ampla entre o litoral e o sertão.

No início do século (XX), mais da metade do território (de São Paulo) era considerado “sertão”, desde que se considere “sertão” como o oposto de “cidade”. Foi no processo de transformação da paisagem de grande parte do território paulista, do norte do Estado do Paraná e outras regiões que se eliminou da “memória”, a representação daqueles espaços como “sertões”. Os marcos de referência passaram a ser os da vida “urbanizada”, entendidos como “civilização”. Assim, o outro, o “sertão”, passou a ser considerado o “atrasado”, “violento”, etc. O Estado do Mato Grosso, o lado oeste do rio Paraná que, naquele momento se encontrava na mesma situação, continua sendo considerado “sertão”. (Arruda, 2000, p. 14)

Vale lembrar que o desenvolvimento das cidades não se efetua de modo homogêneo: há, por um lado, o crescimento de certas cidades, inclusive nas zonas pioneiras, que, estrategicamente bem localizadas, beneficiaram-se do dinamismo econômico local, e estenderam sua influência para além do espaço restrito da localidade, tornando-se cidades regionais; por outro lado, e inversamente, a decadência de outras tantas cidades, que perderam vitalidade, no bojo do deslocamento espacial das grandes culturas, especialmente o café, nas chamadas zonas velhas, as “cidades mortas”. Entre os dois extremos, e em todo o território nacional, a grande maioria dos pequenos centros urbanos, com uma população pouco densa, centrada numa economia local e relativamente isolada.

Assim, embora existissem cidades e campos nas antigas áreas de povoamento, como nas zonas pioneiras, o avanço da ocupação efetiva foi entendido como um movimento de dominação da cidade sobre o campo, de conquista civilizatória e de afirmação dos valores associados ao progresso, na medida mesma em que se aprofundava a associação entre cidade/progresso e campo/atraso.

A nova realidade que começava a se impor na organização espacial brasileira era o urbano. A vida urbana tornar-se-ia o símbolo maior para os termos de comparação entre o “civilizado” e “incivilizado”. Foi a partir dessa nova realidade, a cultura urbana, que o outro termo, ou mesmo o outro espaço, que representava a esmagadora maioria do território do país foi repensado. (Arruda. 2000, p. 20)

Desde o advento da República, em 1889,

O progresso era visto como o “novo” na sociedade brasileira e o novo seriam as estradas de ferro, as máquinas introduzidas na agricultura, a urbanização, a modernização dos portos, o mapeamento do território, a

demarcação das fronteiras. A construção de telégrafos, etc. Outro elemento fundamental era o trabalhador livre, necessário pra tocar a crescente produção cafeeira. (Arruda, 2000, p. 101)

É no final dos anos 1930, que são estabelecidas as definições legais referentes ao “rural” e ao ”urbano”, como veremos a seguir.

3. O RURAL NO BRASIL URBANO E INDUSTRIAL.

3.1. DEFINIÇÃO OFICIAL DOS ESPAÇOS RURAIS: O RURAL PERIFÉRICO, RESIDUAL E DOMINADO.

Para se compreender a configuração atual das relações entre o campo e as cidades, no Brasil, é preciso considerar o marco de natureza jurídica, consubstanciado no Decreto-Lei nº 311, de 02 de março de 1938, ainda vigente, que consagrou as definições oficiais do “urbano” e do “rural”.

Segundo José Eli da Veiga, o referido documento legal constitui um “entulho autoritário”, remanescente do período ditatorial de Getúlio Vargas (Veiga, 2002). Sua promulgação foi, no entanto, amplamente aplaudida por geógrafos do Conselho Nacional de Geografia, para quem ele “vem dando resultados os mais fecundos e surpreendentes” (Castro, 1945, p. 4) Em editorial do Boletim Geográfico, o Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia apontava a situação caótica existente antes do Decreto-Lei 311, razão por que o considera “um grande benefício para a administração e para o público”:

[...] cada governo regional deliberava sobre a divisão municipal e distrital respectiva como e quando entendia, movido por motivos os mais variados, quantos deles extravagantes e alheios aos interesses públicos [...] os municípios e os distritos na sua quase totalidade não se apresentavam com limites definidos e, naqueles poucos que os possuíam, as definições eram quase todas tão defeituosas que a sua identificação no terreno era impraticável ou conduzia à superposição de áreas, de dupla e até mesmo tríplice jurisdição. (Castro, 1945, p. 3)

Apesar dessa percepção favorável, parece evidente que o Decreto-Lei 311 reiterou a já antiga tradição, a respeito das relações urbano-rurais, nos termos anteriormente analisados. É bem verdade que esse texto legal impunha exigências que deveriam ser cumpridas pelas autoridades municipais no que se refere às dimensões mínimas das cidades e vilas (áreas urbanas), à fixação dos limites físicos das áreas urbanas e suburbanas, bem como à necessidade de elaboração de mapas e plantas que registrem esses recortes sob pena de terem “cassada a autonomia e o seu território anexado a um dos municípios vizinhos [...]” (artigo 13, parágrafo 2º). Porém, o mesmo decreto-lei fragiliza suas próprias definições ao reiterar a condição urbana das cidades e distritos já reconhecidos antes de sua

vigência, independentemente de sua dimensão e complexidade; e, em nome da mesma autonomia, as exigências previstas foram sendo progressivamente anuladas por textos legais subsequentes.

O que explica a constituição dessa concepção da legislação brasileira é, fundamentalmente, o fato de que o recorte adotado teve como primeiro objetivo a definição do destino dos impostos coletados em cada uma dessas áreas. Segundo o Código Tributário Nacional (Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966), os impostos municipais seriam arrecadados nas áreas urbanas e os federais nas áreas rurais. Não é de admirar que os municípios sejam, assim, estimulados a aumentar artificialmente suas áreas urbanas, tanto mais quanto encontram respaldo jurídico para fazê-lo, especialmente na adoção, pela legislação, de dois importantes dispositivos jurídicos.

O primeiro associa a condição urbana à existência de melhoramentos, mas admite que, para ser considerada urbana, basta a uma zona dispor de

pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II – abastecimento de água; III – sistemas de esgotos sanitários; IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado”. (Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966 - artigo 32, parágrafo 1º).

O segundo dispositivo se expressa na definição de “área de expansão urbana”, já presente no mesmo artigo do Código Tributário, pela qual a concepção de urbano fica definitivamente dissociada da ideia de complexidade e da capacidade de prestação de serviços. Segundo o CTN,

a lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior (Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966 - artigo 32, parágrafo 2º).

Estamos diante de um paradoxo: para ser considerada urbana, uma cidade não precisa comprovar sua capacidade para o exercício das funções urbanas, porém, a presença de equipamentos de infraestrutura e de serviços, como os acima indicados, são vistos, legalmente, como a negação da condição rural.

Atualmente, a legislação vigente, que orienta as classificações estatísticas do IBGE, mantém a distinção entre áreas urbanizadas e não urbanizadas no interior

das cidades e vilas, estas últimas correspondendo às áreas “legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural”. São consideradas, igualmente, duas outras categorias espaciais: as “áreas urbanizadas isoladas”, que são aquelas “definidas por lei municipal e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou outro limite legal”; e os “aglomerados rurais do tipo extensão urbana”, assim definidos:

São os assentamentos situados em áreas fora do perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir da expansão de uma cidade ou vila, ou por elas englobados em sua expansão. Por constituírem uma simples extensão da área efetivamente urbanizada, atribui-se, por definição, caráter urbano aos aglomerados rurais deste tipo. Tais assentamentos podem ser constituídos por loteamentos já habitados, conjuntos habitacionais, aglomerados de moradias ditas subnormais ou núcleos desenvolvidos em torno de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços (IBGE, 2000).

Um aspecto importante a considerar nessa legislação é o fato de que cabe ao próprio poder local, através das câmaras municipais, a prerrogativa de definir os recortes espaciais e os limites entre as áreas urbanas e rurais, periodicamente revisados, levando em consideração a “expansão urbana”. A consequência é uma grande instabilidade da linha demarcatória entre os espaços urbanos e rurais, no interior do espaço municipal, com o agravante de que os novos recortes servirão de base para a elaboração dos censos demográficos e outros textos oficiais. A esse respeito, José Graziano da Silva revela que entre os Censos de 1980 e 1990, a população considerada rural sofreu uma redução de mais de 5 milhões de habitantes, exclusivamente em razão do deslocamento desses limites internos municipais. (Silva, 1999, p. 59)

O resultado não poderia ser outro senão a “extensão exagerada das zonas urbanas” e a conseguinte retração e desqualificação das áreas rurais, vistas apenas como não – ou ainda não – urbanas.

[...] a simples construção de uma escola pública, aliada à extensão da rede de iluminação pública, permite a esses municípios submeter à tributação local apreciáveis parcelas de seus territórios. A generalidade dessa prática conduziu à esdrúxula situação de se ter enormes áreas consideradas urbanas, não em virtude das necessidades urbanísticas dos municípios, mas como artifício para o incremento das receitas locais (Bernardes et alii, 1983, p. 20).

Ricardo Abramovay chega às mesmas conclusões, quando afirma:

O acesso à infraestrutura e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne urbana. Com isso, o meio rural

corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação passa a ser vista - de maneira distorcida - como “urbanização do campo”. (Abramovay, 2003, p. 19).

Tudo se passa como se as áreas rurais fossem sempre residuais, “remanescentes”, que tendem necessariamente a diminuir a cada demarcação. No último Censo Demográfico, realizado em 2010 a população rural correspondia a 30 milhões de brasileiros, cerca de 16% da população total (IBGE, 2010). Mas se os mesmos dados fossem apresentados segundo os critérios de tipologias internacionais (adaptadas para o caso brasileiro por José Eli da Veiga no fim dos anos noventa e começo da década seguinte), esses números seriam bem diferentes: 25% dos brasileiros, quase 50 milhões de brasileiros habitam microrregiões de características essencialmente rurais (Favareto & Barufi. 2013).

Como se pode observar, as relações entre a cidade e o seu campo, no Brasil, assumem uma conotação distinta das que comumente são estabelecidas em outros países. O historiador Fernand Braudel, ao analisar a estrutura social francesa, considera que as antigas divisões do território – campos, cidades, províncias – correspondiam a divisões sociais, “na medida em que se instalava, em cada uma delas, uma sociedade, de dimensões variáveis, mas estreitas, que encontrava nelas seus limites e sua razão de ser, vivendo, prioritariamente, de suas próprias ligações internas”. (Braudel, 1, 1990, p. 68) Para ele,

[...] o revelador de todas essas sociedades é a sua hierarquia. Porque nenhuma sociedade está num plano de igualdade, ela só se esquematiza sob a forma de uma pirâmide e, cada vez que a prioridade de uma tal pirâmide é visível, afirma-se uma classe dominante local, ligada a uma sociedade subjacente particular, que lhe serve de suporte, a explica e é também explicada por ela. (Braudel 1, p. 68)

No Brasil, a imagem da pirâmide pode, certamente, ilustrar as relações entre as cidades de diversos portes e funções, desde as grandes metrópoles até as pequenas sedes municipais e desenhar, numa linha vertical, a hierarquia social existente entre elas, fundada no grau de complexidade e na dimensão da área de influência direta. No entanto, as relações de qualquer cidade com o seu entorno rural quebram essa linha vertical. Em vez de corresponder a um patamar da pirâmide espacial, o meio rural se situa numa linha horizontal com a cidade da qual é o entorno. Esta linha, porém, longe de expressar posições de igualdade, entre o campo e a cidade, redesenha a hierarquia social, acentuando a concepção

do campo como um apêndice da cidade e a consequente dificuldade de definir um status específico para o rural, distinto do status já adquirido pelas cidades. Isso acontece, qualquer que seja a cidade e qualquer que seja o seu meio rural circundante. Esse traço se expressa não só em termos de uma dependência econômica, mas igualmente nas representações sociais, assimétricas e discriminantes das relações entre os habitantes do campo e da cidade (Paulo, 2011).

Além de periférico e residual, o mundo rural no Brasil permanece o espaço de dominação das forças sociais mais “arcaicas”, cuja base é, sobretudo, a propriedade concentrada da terra. Ao longo do tempo, assiste-se ao deslocamento do lugar de moradia dos grandes proprietários, que passam a residir nas sedes municipais e em seguida nas grandes cidades. No entanto, seguindo a tradição, o poder da elite dominante não diminuiu com sua ausência no plano local e, em muitos casos, sua participação nas esferas políticas estaduais e nacionais foi mesmo ampliada. De fato, durante o Império e após a instauração da República, uma intrincada rede de relações políticas se estabelece entre os níveis centrais, regionais (províncias e estados) e locais. Através do sistema “coronelistas” a elite agrária tem assegurada, mais uma vez, sua presença entre as forças políticas dominantes no país. Segundo Victor Nunes Leal, autor do livro clássico “Coronelismo, enxada e voto”, o coronelismo

[...] é uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. [...] É sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. (Leal, 1975, p. 20)

O mesmo autor acrescenta:

[...] como a organização agrária do Brasil mantém a dependência do elemento rural ao fazendeiro, impedindo o contato direto dos partidos com essa parcela notoriamente majoritária do nosso eleitorado, o partido do governo estadual não pode dispensar o intermédio do dono de terras. Mas não se submete a ele senão naquilo que, não sendo fundamental, para a situação política estadual é, contudo importantíssimo para o fazendeiro na esfera confinada do seu município. (Leal, 1975, p. 42)

Para Raimundo Faoro, autor do livro também clássico “Os donos do poder”

O coronelismo se expressa num “compromisso”, uma “troca de proveitos” entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural. As despesas eleitorais cabem, em regra, ao coronel, por conta do seu patrimônio. Em troca, os empregos públicos, sejam os municipais ou os estaduais sediados na comuna, obedecem às suas indicações. Certas funções públicas, não institucionalizadas, estão enfeixadas em suas mãos. Daí que o coronel, embora possa ser oposicionista, no âmbito municipal, - coronel contra coronel – há de ser governista no campo estadual e federal. (Faoro, 1975, 2, p. 631)

O outro lado da moeda é o lugar atribuído à população rural nesse jogo de poder. Se a elite latifundiária se sentia, frequentemente, acima da lei, na medida em que a lei se confundia com o próprio poder local, os não-proprietários eram ignorados como sujeitos de direitos, as políticas para o meio rural pouco levavam em conta a melhoria de suas condições materiais de vida e nem sequer eram reconhecidos como trabalhadores.

3.2. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO RURAL.

Entre os anos 1940 e 1970, o mundo rural passa a ser objeto de numerosas e diversificadas pesquisas acadêmicas, sob o efeito da implantação e consolidação de centros universitários, em várias regiões do país, especialmente em São Paulo. Da leitura dessa produção acadêmica, orientada para o conhecimento mais profundo e detalhado das particularidades espaciais e sociais do mundo rural, pode-se depreender alguns eixos comuns: a constituição “morfológica” dos espaços rurais, o modo de vida e de trabalho de seus habitantes e suas relações com os espaços mais amplos, das cidades.

A unidade elementar do mundo rural, o campo propriamente dito, é percebida como constituída pelos espaços abertos, pouco povoados, nos quais a presença humana em contato com a natureza gerou dois tipos distintos de estrutura social: as grandes fazendas e as comunidades rurais. () Como as grandes propriedades já foram aqui analisadas, destaque será dado às segundas. Trata-se de pequenas comunidades de vizinhos, reconhecidas sob denominações distintas, conforme as regiões: “bairros rurais”, em São Paulo, “colônias”, no Rio Grande do Sul, “sítios”, no Nordeste. (Wanderley, 2001, 2004, 2009)

Esse é o mundo rural por excelência, lugar de vida e de trabalho, profundamente marcado por um especial modo de vida, que tem, tradicionalmente, como base o trabalho agrícola, da “roça”, que garante o essencial da subsistência familiar e as formas de convivência social, resultantes das necessidades do trabalho, das demandas religiosas e da solidariedade entre membros da família e da vizinhança. ⁽¹⁾

Essas comunidades são internamente formadas por elementos distintos, embora complementares: os sítios propriamente ditos, isto é, os estabelecimentos produtivos, onde o trabalho é exercido, que corresponde, também, em muitos casos, ao lugar de moradia do sitiante, e um centro, onde estão instalados alguns equipamentos coletivos, especialmente a capela e outras moradias.

Para Nícia Lecqoc Muller (1951), que estudou os sitiantes paulistas nos anos 1940, predominava nos espaços rurais do estado o habitat disperso, organizado sob as formas “coagular” e “linear”. No primeiro caso, “as casas, embora isoladas, estão bastante próximas para criarem uma mancha de maior densidade dentro da dispersão dominante” (Muller, 1951, p.173); nas situações de dispersão linear, “as casas, embora afastadas entre si, conservam relativo alinhamento, acompanhando o traçado de estradas e rios.” (Muller, 1951, p.175)

Em seu estudo sobre um pequeno município no interior da Bahia, Marvin Harris, também nos anos 1940, assim descreve os povoados existentes no entorno da sede municipal: “Os maiores têm sua própria igreja e seu próprio cemitério. Todos têm seus próprios santos padroeiros e três deles têm celebrações anuais com missa. Poucos residentes nos povoados vão assistir regularmente à missa aos domingos em Minas Velha... batizados, comunhões, casamentos nos povoados são feitos localmente, quando o padre de Minas Velha faz sua visita anual por ocasião da festa do padroeiro. Os três maiores povoados também têm escolas primárias e não há criança dos povoados registradas nas escolas urbanas.” (Harris, 1956, p.25)

A respeito da região Sul, Leo Waibel descreve, com detalhes o habitat rural.

Por toda parte, nas terras de mata do sul do Brasil temos “povoamento rural disperso”. As propriedades, entretanto, não são espalhadas irregularmente, como acontece no *Middle West* dos Estados Unidos, mas são dispostas ao longo de certas linhas. Estas linhas são as picadas, abertas por pioneiros na mata original e que logo desde o princípio serviram como linhas de

¹ Antônio Candido, ao analisar o latifúndio absenteísta, cuja produção é assegurada pelos parceiros caipiras, considera-o um “quase bairro, no sentido sociológico da palavra”.

comunicação e estradas. Nas zonas serranas de colonização antiga, as linhas coloniais seguem normalmente os fundos de vales fluviais e de cada lado delas estão alinhados os lotes dos colonos, a distância de algumas centenas de metros. Algumas linhas coloniais têm 10 ou 20 quilômetros de extensão e centenas de lotes se distribuem ao longo delas. Esses lotes são estreitos ao longo da estrada e do rio, mas se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes até o divisor de águas. (Waibel, 1949, p. 41)

Segundo Waibel, nesses povoados,

As casas se distribuem em volta de uma igreja e um cemitério, a escola e uma ou duas lojas e bares. Há frequentemente um moinho, um ferreiro ou um fabricante de rodas. Em outras palavras, esses núcleos aglomerados são centros culturais, sociais e comerciais, muito característicos das áreas coloniais: são inteiramente desconhecidos nas regiões habitadas por luso-brasileiros e ocupadas pelo sistema de latifúndios. (Waibel, 1949, p. 42)

Antônio Cândido (1964) entende o bairro rural como a unidade primeira de sociabilidade acima da família, constituída por uma base territorial e animada por um sentimento de localidade. No contexto da cultura caipira, objeto central de suas pesquisas, esse autor considera que o bairro rural corresponde a um nível mínimo de vida social, equivalente aos mínimos vitais, definidos pela reduzida dieta obtida pela produção local. (Candido, 1964, p. 11) Maria Isaura Pereira de Queiroz, por sua vez, estende o significado da expressão “bairro rural”, afirmando “a existência de diferentes formas elementares de agrupamento e de vida cultural no meio rural”, não só entre os caipiras, mas igualmente entre camponeses de origens diversas, inclusive de migrantes europeus instalados em São Paulo em períodos mais recentes. (Queiroz.1973).

É dessa autora, a descrição seguinte sobre o habitat dos sitiantes:

O sitiante brasileiro habita em suas terras; as casas de uma zona de sítios estão dispersas em torno de pequeno núcleo central, constituído por capela, vendinha, duas ou três habitações, que formam como que a “capital” de um grupo de vizinhança. Os grupos de vizinhança rurais são muito homogêneos. A estratificação social é aí tênue, tanto mais que os lavradores trabalham a terra quase exclusivamente com o auxílio da família. Trata-se de uma forma de povoamento muito antiga, que remonta aos primeiros tempos da colonização portuguesa. A configuração do grupo de vizinhança e o gênero de suas relações sociais foram e são, por toda a parte, iguais no Brasil, nas zonas em que conseguiram se implantar e se manter, afastadas das grandes monoculturas, cujo gênero de vida era diferente. (Queiroz, 1973 a, p. 50)

Para Carlos Rodrigues Brandão, o bairro rural “é o lugar da vida para onde converge o trabalho camponês. [...] é o lugar que torna estável a cultura rural e, sobretudo, faculta que se torne comunitária a vida familiar dos sítios”. (Brandão, 1995, p. 66)

Essas áreas constituem o espaço central da vida rural, na medida em que são o lugar de moradia, onde a população do campo se encontra efetivamente enraizada. No entanto, elas não encerram todas as dimensões sociais da vida de seus habitantes. É impossível pensar nos espaços rurais sem incorporar, as vilas e as pequenas cidades, especialmente, a sede do município, onde aquelas áreas estão situadas.

Segundo Carlos Rodrigues Brandão, a vila “é o lugar para onde convergem os bairros de perto... lugar simbólico entre o bairro e a cidade, a vila é também o lugar social da passagem da vida de um à outra”. (Brandão, 1995, p. 69) Por sua vez, a cidade é entendida como “um espaço de trocas oposto ao bairro e à vila, domínios da cultura (camponesa)”. (Brandão, 1995, p. 70) Os moradores do campo passam a lidar com as cidades - também elas diferenciadas - em função de seus negócios, de seus “compromissos com o poder”, do acesso aos recursos que elas podem oferecer e, finalmente, um lugar de destino para muitos.

Nessa relação campo-cidade, o meio rural se distingue econômica, social e politicamente dos espaços urbanos. Porém, ao mesmo tempo, parte integrante do espaço municipal, o campo está estruturalmente associado à cidade, sede do mesmo município, da qual depende, como já foi visto.

Para Marvin Harris, os modos de vida são distintos, no campo e na cidade, bem como as representações sociais do trabalho. A divisão do trabalho no meio rural é reduzida, e as atividades nele predominantes prescindem em grande parte de recursos monetários. Para os urbanos, o trabalho rural é penoso e degradante - “e os agricultores, deficientes, no que se refere a qualidades civilizadas” - em contraste com o seu próprio trabalho, que considera positivamente como uma arte. O habitante da cidade, quando é proprietário de terra, não é, ele mesmo trabalhador. É absentéista, dispendo de trabalhadores que assumem as atividades produtivas do estabelecimento. Como explica Harris, “a relação ideal do homem da cidade com a terra é a que supõe meeiros entre ele e o solo. O ideal do homem do campo é de dispor de terra e água suficientes para

alimentar sua família. O urbano sonha em ficar rico com o solo; o rural sonha com a plantação.” (Harris, 1956, p.95)

Emilio Willems, que realizou, nos anos 1940, um dos mais interessantes estudos chamados “de comunidade”, sobre o município de Cunha, no Estado de São Paulo constatou que o meio rural de Cunha era bastante povoado - em suas palavras, “nunca o observador tem a impressão de estar atravessando uma região deserta” - (Willems,1947, p.7) e que vencera o tradicional isolamento com a construção de estradas e a instalação de um serviço de transporte coletivo, entre os bairros rurais e destes com a cidade de Cunha, o que favoreceu a integração da população do campo à cidade, estimulando uma identidade local referida ao município em seu conjunto.

Alguns autores reiteram a percepção, já considerada em relação a períodos históricos anteriores, referente à “ausência de antagonismo entre população rural e população urbana”. Emílio Willems observou, a esse respeito, uma estreita interdependência cultural e política entre as áreas rurais e a sede do município de Cunha. A cidade guardava um cunho rústico, fruto de uma certa “simplicidade” de costumes, mantendo estreitas relações com o seu meio rural. Muitos habitantes do centro urbano trabalhavam no meio rural, ou eram proprietários de fazendas. Como afirma o autor, “atualmente, a vida econômica da cidade está de tal maneira vinculada à zona rural que seria difícil apontar uma única atividade profissional que não dependa, direta ou indiretamente, da zona rural”. (Willems,1947, p.21).

Da mesma forma, Marvin Harris registra a rusticidade do centro urbano que estudou. “A cidade não tem automóveis, eletricidade, cinemas, telefones, aço ou concreto. É igualmente um destes raros locais ainda imunes à penetração da Coca-Cola.” (Harris, 1956, p.6). Para o autor, esse fato é consequência do grau de isolamento do conjunto do município em relação a outros centros urbanos de maior envergadura do Estado da Bahia, que afeta a população local, inclusive a que reside na sede municipal, privando-a de contatos sociais mais densos e complexos e do acesso a bens e serviços já disponíveis em outras áreas urbanas do País.

No entanto, a interpenetração entre o campo e a cidade, no sentido de que as características rurais também afetam o modo de vida dos centros considerados urbanos, não impede que os distintos espaços sejam marcados por relações

profundamente assimétricas e de dominação do campo pela cidade. A cidade de Minas Velha, na análise de Marvin Harris, “é uma comunidade heterogênea, individualizada e secular”; em sua relativa complexidade social, nela convivem a manufatura, o comércio e outras ocupações não agrícolas. E, “embora a agricultura faça parte da cena urbana, não é parte do ethos urbano. A cidade é orientada para fora do campo, enquanto os povoados são orientados para ela.” (Harris, 1956, p. 95).

Trata-se, pois, de uma cidade com características próprias de uma sociedade urbana.

“... há muitas comunidades de menos de 200 pessoas, surpreendentemente isoladas dos centros metropolitanos da nação, com um nível atrasado de desenvolvimento tecnológico e uma visão do mundo essencialmente não científica, e que não obstante, apresentam um grande número de traços visivelmente urbanos”. (Harris, 1956, p.4)

E o autor acrescenta mais adiante: “A história de Minas Velha mostra que seu urbanismo tem raízes profundas; os primeiros habitantes eram sofisticados aventureiros e não camponeses (Harris, 1956, p.23).

Na análise proposta por Maria Isaura Pereira de Queiroz, a atração exercida pela cidade, sede municipal, à qual o meio rural está diretamente associado, resulta, sobretudo, da função administrativa que lhe é atribuída.

“Desde a Independência, em 1822, (a administração pública) veio se desenvolvendo cada vez mais, à medida que o país se organizava e progredia; os centros administrativos proliferaram e impuseram aos sitiantes práticas e comportamentos oriundos de um universo social e de uma concepção da existência completamente diversa daquele que espontaneamente se construía no interior dos bairros rurais”. (Queiroz, 1973b, p. 125)

A autora complementa sua argumentação:

“uma cidade que é sede administrativa, (...) é organizada de fora, dotada de uma aparelhagem, estranha ao mundo rural, funciona segundo normas que são muitas vezes opostas às maneiras de ser tradicionais no meio rústico. Mesmo que funcionários pertençam à sociedade camponesa, só podem funcionar como tais os indivíduos que absorverem uma instrução e um modo de comportamento ligado ao universo da burocracia, que é essencialmente citadino. A multiplicação de municípios constitui assim um índice de progressiva organização do Estado e do país segundo uma perspectiva que podemos chamar moderna, e que não é seguramente aquela da antiga civilização caipira”. (Queiroz, 1973b, p.125)

Num esforço de síntese, se parece claro, pelas análises apresentadas, que as pequenas cidades assumem funções claramente urbanas, não é menos evidente que essas funções são exercidas sobre um território que ultrapassa os limites da sede municipal e são destinadas ao conjunto da população, quase sempre majoritariamente rural. Essas cidades, mesmo em condições precárias, organizam administrativamente os espaços rurais, servem-lhes de mercado e de referência cultural, concentrando bens e serviços a serem usufruídos por todos os munícipes.

As cidades sediam a representação do Estado, concentram os serviços e, como afirma Maria Isaura Pereira de Queiroz, "encerram instituições representativas da civilização moderna". O "rural" supõe, por definição, a dispersão de sua população, a ausência do poder público no seu espaço e mesmo a ausência da grande maioria dos bens e serviços, naturalmente concentrados na área urbana. Em consequência, o "rural" está sempre referido à cidade, como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente. A vida desta população rural depende, portanto, direta e intensamente do núcleo urbano que a congrega, para o exercício de diversas funções e o atendimento de diversas necessidades econômicas e sociais. O meio rural consiste assim no espaço da precariedade social. Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade, se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao Poder Judiciário e até mesmo à Igreja paroquial. Se a pequena aglomeração cresce e multiplica suas atividades, o meio rural não se fortalece em consequência, pois o que resulta deste processo é frequentemente a sua ascensão à condição de cidade, brevemente sede do poder municipal. Neste contexto, a única alternativa que existe para a população rural se resume em permanecer periférica ou se tornar urbana, através da expansão do próprio espaço rural, ou através do êxodo para as cidades. (Wanderley, 2004, p. 86; 2009, p. 268)

É possível afirmar que esses centros urbanos fazem parte integralmente do mundo rural, porém, têm nele, funções específicas, que os distinguem dos espaços rurais anteriormente referidos, pela maior complexidade de suas estruturas econômicas, sociais e políticas e pela sua vocação de administrar e organizar os espaços municipais. Para compreender o mundo rural, é indispensável, portanto, que se analise o papel central dessas cidades e a mediação que exercem entre os sítios e bairros rurais e as estruturas mais amplas da sociedade. O risco a evitar é que uns e outros sejam vistos dissociadamente e, sobretudo, que se atribua a um desses espaços, a exclusividade da qualificação rural.

Há ainda a analisar, para além das relações intramunicipais sobre as quais acabamos de refletir, as relações do mundo rural com os centros urbanos

maiores e com a cultura vinda das cidades. A esse respeito, o que se observa é a força avassaladora dessa última, que tende a destruir, os próprios fundamentos das culturais rurais, mas, ao mesmo tempo, a capacidade de resistência que essas revelam, sob formas distintas.

No caso particular dos caipiras, Antônio Cândido observa que, para enfrentar o “mundo externo”, eles têm que realizar uma “pluralidade de ajustamentos”, que vão no sentido do desenvolvimento das relações comerciais e da progressiva incorporação à esfera da cultura urbana.

“... o processo de urbanização - civilizador se o encararmos do ponto de vista da cidade - se apresenta ao homem rústico propondo ou impondo certos traços de cultura material e não-material. Impõe, por exemplo, novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados; propõe a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho, a passagem à vida urbana”. (Candido, 1964, p. 174)

E ele acrescenta: “[...] podemos verificar no caipira paulista três reações adaptativas em face de tal processo: 1) aceitação dos traços impostos e propostos; 2) aceitação apenas dos traços impostos; 3) rejeição de ambos.” (Candido, 1964, p.174)

Maria Isaura Pereira de Queiroz demonstra que as relações entre os “bairros rurais” e as cidades não podem ser entendidas de forma linear e unívoca. As áreas rurais são distintas entre si, da mesma forma que as cidades são dessemelhantes. Nem sempre uma cidade grande, fortemente industrializada impõe, ao seu entorno rural, sua própria lógica urbana, do que resultaria o enfraquecimento das formas tradicionais de vida no campo. Ao contrário, a própria complexidade do centro urbano pode favorecer a conservação da tradição camponesa, mesmo que sobre a base de um equilíbrio precário, na medida em que suas relações sejam de complementaridade.

[...] a elevação do índice de urbanização num município não significa que naquela área tenha desaparecido a civilização caipira, e tampouco significa que a área municipal ou regional, como um todo, esteja sofrendo um processo intenso de desenvolvimento. Um município pode ser ao mesmo tempo altamente urbanizado (graças ao desenvolvimento da sede municipal...) e conservar uma área rural pouco desenvolvida, totalmente apegada ao gênero de vida tradicional do caipira. (Queiroz, 1973b, p. 29)

Da mesma forma, uma pequena sede municipal pode conviver com uma área rural economicamente dinâmica, que encontra seu dinamismo na capacidade

de ampliar seu espaço de vida e de trabalho para uma região mais ampla que a sua sede administrativa. Nesses casos, o que distingue o bairro rural da cidade é menos as relações econômicas e o nível de vida de seus habitantes, mas, sobretudo, as relações sociais fundamentais, baseadas, respectivamente nas tradições camponesas reiteradas e no modo de vida urbano. (Queiroz, 1973b, p. 48)

Os efeitos desagregadores sobre o modo de vida rural resultam de duas causas essenciais. Por um lado, a presença da grande propriedade.

“Possuindo relações de trabalho e relações sociais diferentes das que reinam num bairro rural, com um ritmo de vida também diverso e estabelecido segundo uma rotina mais ou menos estrita (pois sem disciplina não é possível grande produção), seus caracteres essenciais contrastam fundamentalmente com os de um bairro de sítiantes, em que o trabalho depende do arbítrio e da disposição quase que de cada trabalhador.” (Queiroz, 1973b, p.137)

Por outro lado, há a considerar as consequências do esvaziamento do campo, provocados pelo êxodo rural. Neste sentido, “a desorganização dos grupos de vizinhança tradicionais não está forçosamente presa ao aparecimento da civilização urbana”. (Queiroz, 1973b, p. 136) A existência de uma cidade - e mesmo de uma grande cidade - não implica, portanto, necessariamente, a “fragilização” de sua área rural; ao contrário, pode resultar no reforço e na continuidade do modo tradicional de vida rural. Mais do que isto, o bairro rural pode ter forças próprias, dentre as quais sobressai, justamente, a capacidade da população rural de incorporar os bens e serviços provenientes da cidade, sem com isto destruir suas estruturas tradicionais.

Deve-se considerar, no entanto, que o avanço, no interior de São Paulo, das grandes propriedades, produtoras de culturas de exportação, tais como a cana de açúcar e o café, não provocou em todos os lugares e de forma permanente, a destruição da cultura camponesa. Os latifúndios é que foram, ocasionalmente afetados pelas crises dos mercados internacionais e, em diversas situações, foram subdivididos e postos à venda em pequenos lotes, adquiridos, precisamente, por pequenos agricultores. A esse respeito, Maria Isaura Pereira de Queiroz propõe a hipótese da “continuidade parcialmente obnubilada”, que permite compreender o reflorescimento das comunidades camponesas, uma vez reduzido o avanço do café e de outras grandes culturas comerciais (Queiroz, 1973b, p. 30).

3.3. O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO.

Ao longo da primeira metade do século XX a sociedade brasileira sofre, progressivamente, uma profunda transformação. Essa se expressa, significativamente, nas estatísticas oficiais do IBGE, segundo as quais a população considerada rural, que se mantinha superior à população definida como urbana, perde seu peso absoluto e relativo. A inflexão é registrada no Censo de 1970, quando a população urbana ultrapassa a que vive nas zonas rurais. Essa última registra, então, 41.054.053 habitantes, equivalente a 44,08% da população total do país.

Com efeito, a partir dos anos 1930, os processos de urbanização e industrialização tenderam, progressivamente, a se tornar predominantes. Esses processos passaram a consubstanciar, nas representações sociais hegemônicas, o ideal do progresso a que deve aspirar toda a sociedade e as bases de um projeto de desenvolvimento para o país.

Nesse contexto, constroi-se um sólido consenso, ao mesmo tempo teórico e político, segundo o qual o mundo rural é percebido como o espaço de dominação das forças sociais tradicionais, politicamente atrasadas, baseadas na propriedade latifundiária e em relações sociais não-capitalistas. O desenvolvimento da sociedade moderna é, então, entendido como a necessária eliminação desse mundo “arcaico” pelas forças progressistas sediadas nas cidades. Uma ideia que encontra expressão bastante clara em *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque, onde se explicita a esperança de que a sociabilidade urbana pudesse superar as heranças ibéricas da formação nacional, e que continuará presente, por vezes de forma diluída, na literatura sobre a modernização e o desenvolvimento brasileiro, ainda que com exceções: na obra de Celso Furtado, para quem a maneira como nossa história definiu o lugar das estruturas agrárias é inseparável do processo de formação das rendas na sociedade brasileira e suas articulações com os processos de heterogeneização das economias regionais, estas expressas sob a forma de particulares, mas integradas, modalidades de divisão social do trabalho, sistemas de trocas e sentidos da mercantilização da vida social (Furtado, 1967); e de uma maneira peculiar em Florestan Fernandes, para quem há uma supremacia dos

processos emanados da urbanização e da industrialização, algo que, todavia, não homogeneiza o rural, que permanece revelando a face territorial de um desenvolvimento desigual (Fernandes. 1960).

Como analisa o próprio Florestan Fernandes, a relação, antes referida, entre litoral e sertão, é um “uma fórmula cômoda, mas em certo sentido, apenas figurada [...] e, mesmo, uma fórmula precária” (Fernandes, 2008, p. 119). Para ele, a questão que se coloca é de natureza política e diz respeito, fundamentalmente, ao processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, que opõe as forças progressistas que atuam a partir das cidades, visando a “instauração de um novo padrão civilizatório” ao que denomina “antigo regime”, isto é, as forças “arcaicas”, vinculadas, particularmente à grande propriedade fundiária, cujas bases são os espaços rurais.

A mudança social que permitiria implantar no Brasil uma nova “ordem social competitiva” deveria significar a superação da “ordem tradicionalista”, baseada na tradicional subordinação das cidades à economia agrícola e às formas de dominação dos “senhores rurais”, de forma a alcançar “o nível de integração da civilização fundada na ciência e na tecnologia científica”. (Fernandes, 1963, p. 55) Um projeto de desenvolvimento para o país supõe, portanto, nessa perspectiva, a urbanização e a industrialização.

A desagregação do antigo regime favoreceu o fluxo urbano. As cidades perderam o caráter de aglomerações dependentes dos núcleos rurais adjacentes e de mero cenário em que se enfrentavam os grandes interesses rurais em pugna. [...] Nas fases que antecederam ou se seguiram, imediatamente, à desagregação da ordem de castas, escravocrata e senhorial, a urbanização foi, portanto, o elemento dinâmico que polarizou o desenvolvimento industrial. [...] Foram os círculos sociais mais diretamente interessados na expansão da economia de mercado que se empenharam, simultaneamente, na luta contra o “antigo regime” e por inovações que facilitassem o advento da indústria. Esses círculos eram constituídos por elementos típicos da “cidade” – por pessoas que compartilhavam da concepção urbana do mundo, vendo criticamente os interesses e os valores dos senhores rurais brasileiros. (Fernandes, 2008, p. 68)

Também para parcela expressiva dos cientistas sociais, no Brasil, a urbanização e a industrialização serão, não apenas os novos grandes eixos temáticos de pesquisa, mas, igualmente, a referência central que fundamenta a própria concepção dominante de desenvolvimento.

Compreende-se, facilmente, a centralidade que assumem os processos de industrialização e urbanização num país ainda fortemente marcado por elementos constitutivos de uma “civilização agrária”, como já foi assinalado. Interessa-nos, no entanto, compreender, como, nesse contexto, o mundo rural foi percebido.

Para alguns pensadores da sociedade brasileira, esse consenso se traduziu no desinteresse pelo rural, na medida mesma em que, para eles, a modernização da agricultura e a urbanização do campo terminariam por transformar internamente o mundo rural, e mesmo destituí-lo de sua substância, pela integração aos processos gerais da acumulação capitalista, único motor do desenvolvimento nacional. A generalização da relação direta capital-trabalho se estenderia plenamente sobre a atividade agrícola, de modo que, aos camponeses só restariam a alternativa da própria autodestruição e autonegação, pela migração e pela proletarização.

Para essa corrente de pensamento, as categorias “rural” e “urbano” perderiam, com o tempo, sua capacidade explicativa das diferenciações sociais e espaciais: tudo tenderia a ser, de alguma forma, urbano, ou estar submetido à influência econômica e cultural oriunda das grandes cidades.

Outros pensadores, ao contrário, sem negar a indiscutível transformação do Brasil em uma sociedade urbana e industrial, mas, também, sem desconhecer o caráter profundamente heterogêneo e desigual do desenvolvimento brasileiro, orientaram suas reflexões em torno de três questões centrais:

- como compreender o “rural” que emerge e se reproduz numa sociedade moderna, urbana e industrial?
- que processos estão em curso envolvendo as populações e os espaços urbanos e rurais dessas sociedades?
- como os habitantes do campo percebem e reagem ao “avanço” das relações capitalistas?

Em outras palavras: como compreender os processos de reprodução do mundo rural não mais sob a égide da civilização agrária, mas inserido em uma sociedade urbano- industrial?

Com essa perspectiva, os estudos anteriormente realizados sobre o meio rural puderam ter continuidade, agora, mais diretamente focados na compreensão das mudanças que estão ocorrendo no meio rural sob o impacto das grandes transformações da sociedade.

Antônio Cândido reconhece a enorme assimetria presente nesse embate, que, para os caipiras “exprime uma situação da mais revoltante iniquidade” (Cândido, 1964, p. 180). Mas, ao mesmo tempo, ele afirma que os pequenos agricultores camponeses recorreram a diversas estratégias que significavam uma “fuga à sujeição econômica total”, dentre as quais a mobilidade espacial, inclusive para as zonas pioneiras, onde muitos reconstruíram o seu modo de vida. (Cândido, 1964, p. 174). Eles serão tanto mais resistentes, face às mudanças, quanto estejam fortalecidos por uma “integração grupal” e quanto forem capazes de recorrer à “conservação relativa de traços tradicionais” como uma estratégia para redefinir um novo equilíbrio possível.

Para esse autor, a situação específica dos caipiras não diz respeito apenas aos próprios caipiras, mas se constitui como uma questão para toda a sociedade, o que o leva a defender a reforma agrária, como um programa de governo. “Sem planejamento racional, a urbanização do campo se processará cada vez mais como *um vasto traumatismo cultural e social*, em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido” (Cândido, 1964, p. 181).

Maria Isaura Pereira de Queiroz também reconhece a resistência e a capacidade de adaptação de parte significativa dos habitantes das comunidades rurais. Esses reproduzem de diversas formas a cultura camponesa e reagem, também de modos variados, em suas relações com as cidades e com a agricultura latifundiária. Sendo todos claramente distintos dos grandes fazendeiros, é possível observar, situações que podem assumir conotações e gradações, que variam desde a forte permanência da cultura tradicional, cujas bases são a vida no bairro e a agricultura de subsistência; à conservação parcial, de certos traços dessa cultura – modo de habitar, formas de sociabilidade, base familiar – associada à adoção de uma agricultura mais voltada para o mercado, ou, no caso limite, à destruição do bairro rural em suas especificidades, pela perda da centralidade da agricultura e do habitat camponeses. (Queiroz, 1973b, p. 105).

Em todos os casos, o acesso pacífico à terra é a condição que distingue a reprodução de níveis de equilíbrio precários e instáveis da possibilidade de realização de um padrão de vida considerado satisfatório, dentro dos limites sociais e econômicos da condição camponesa. (Queiroz, 1973b, p. 53) Contrariamente à tese de que essa diversidade resulta das condições diferenciadas

de isolamento e de proximidade em relação aos centros urbanos, Maria Isaura Pereira de Queiroz formula a hipótese de que

[...] a conservação da organização tradicional não é função do isolamento do caboclo em relação à cidade [...] Pelo contrário, o isolamento leva à destruição do gênero de vida caipira, que requer, para persistir, contatos constantes, embora periódicos, com a vizinhança, com as capelas, com as cidades. (Queiroz, 1973b, p. 114).

Finalmente, nesses e em outros estudos, Maria Isaura Pereira de Queiroz deixa claro que a mudança social não é uma iniciativa apenas de quem vive na cidade, em condições modernas. “É, pois, errôneo pensar que apenas o homem moderno voluntariamente trabalha para transformar o mundo em que vive; a reestruturação intencional não é privilégio de nossos contemporâneos”. (Queiroz, 1976, p. 425).

Aos autores já citados, deve-se acrescentar a obra de José de Souza Martins, que formula uma reflexão mais recente sobre as questões aqui consideradas.

Na vasta obra sociológica de José de Souza Martins ressalta-se a perspectiva crítica do modelo de desenvolvimento dominante. A ênfase de sua análise é posta na compreensão das lutas dos trabalhadores rurais, camponeses e comunidades tradicionais, em todo o País, pelo seu reconhecimento, enquanto sujeitos de direitos sociais e políticos, e pela afirmação dos seus próprios projetos de sociedade. As concepções que reiteram o caráter residual e dominado do mundo rural

[...] pressupõem, pois, uma unilateral dependência do rural em relação ao urbano que se “moderniza” e neste se integra apenas na medida em que consome os produtos e os estilos de vida da sociedade urbana. A relação e a dependência recíprocas estão aí negadas. (Martins, 1975, p. 5)

Martins identifica a grande propriedade da terra, ao mesmo tempo, como a base de sustentação da classe dominante rural, que a projeta como uma fração da classe dominante, em nível nacional e como o instrumento de dominação das classes subalternas rurais, no plano local. Considerando que “a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente”, que se manifesta através das formas de dominação atrasadas, ele aponta os seus efeitos inibidores sobre a própria consolidação da sociedade civil. “No Brasil, o atraso é um instrumento do poder” (Martins, 1994, p. 13).

A compreensão sociológica das lutas populares no campo, o desvendamento do seu sentido histórico, seu alcance e seus limites, passa, pois, necessariamente, por esse eixo estrutural da questão, que é a propriedade da terra: o direito que a sustenta, o uso que dela se faz. É particularmente essencial compreender que a forma assumida pela propriedade territorial “amarra” relações sociais, organiza relações de classe, sustenta relações econômicas e relações políticas, edifica uma determinada estrutura de poder, alimenta relações de dominação, define limites para a participação democrática das diferentes classes sociais, particularmente as classes trabalhadoras. O atual edifício político brasileiro ruiria se esse alicerce fosse tocado, modificado ou destruído: desapareceria uma das dificuldades para o progresso político das populações do campo. A propriedade territorial constitui mediação essencial da organização política brasileira (Martins, 1986 a, p. 66).

Para Martins, os trabalhadores rurais se sentem vítimas de um projeto de sociedade que os exclui. Essa exclusão se manifesta, de forma mais clara e direta, através da expulsão massiva de suas terras e pela recorrência das formas degradadas do trabalho na agricultura.

Desde os anos quarenta, a violência vem crescendo em decorrência justamente da recusa crescente dos trabalhadores rurais em aceitar formas antigas de dominação pessoal, a chamada violência institucional representada pela falta de direitos políticos e sociais. A violência se acentuou a partir do momento em que os trabalhadores rurais passaram a se reconhecer a si mesmos como gente, como pessoas que têm direitos (Martins, 1986 b, p. 47).

Mas a exclusão do camponês e do trabalhador rural se manifesta, igualmente, pela negação de seu modo de vida e de suas tradições, considerados incompatíveis com a mudança social e o progresso, que a grande propriedade, apoiada pelo Estado, pretende, contraditoriamente, representar. É nessa perspectiva que Martins entende a resistência cultural do camponês, como uma resistência política e propõe

[...] pensar o camponês como inovador, exatamente o oposto do que tem sido pensado. Essa mudança, porém não deve levar à ingenuidade de supor que a tradição e a cultura tradicional já não têm importância no campo, já não pesam nos acontecimentos. O caminho para refletir sobre o tema é o de examinar as transformações que modificam velhas relações sociais, que atenuam ou destroem a autoridade da cultura tradicional e que abrem espaço para a invenção cultural. Essas mudanças serão aqui encaradas como mudanças políticas, de modo que a invenção cultural apareça na sua natureza política, como fonte de uma legitimidade alternativa oposta à legalidade vigente. É nessa contraposição que se movem os trabalhadores rurais em sua luta... (Martins, 1989, p. 18)

Duas implicações podem ser deduzidas das análises aqui apresentadas. Em primeiro lugar, os estudiosos, que acabamos de citar afirmam como pressuposto de suas análises, o princípio da diversidade da sociedade. O capitalismo dominante subordina as formas de vida social, articulando-as aos objetivos centrais de sua reprodução, porém, não as homogeneíza, em uma única e exclusiva forma. A construção da sociedade moderna supõe, portanto, a existência de situações e de atores sociais diversos, de interesses distintos e de conflitos e resistências entre projetos de sociedade. A reflexão moderna sobre o mundo rural e as suas relações com as cidades se inscreve, precisamente, nesse campo, ao mesmo tempo, teórico e empírico. Carlos Rodrigues Brandão explicita, com clareza essa proposição:

Não estaremos nós diante de uma persistente e essencial (no sentido de não-marginal) presença de antigas e novas múltiplas formas de interação entre tempos-e-espacos, que caracterizam e seguem caracterizando a experiência pessoal, interativa e social dos diversos atores e dos diversos modos de vida das diferentes modalidades de presença humana no campo, hoje? (Brandão, 2007, p. 45)

Em segundo lugar, esses e outros autores demonstram como é possível ultrapassar a percepção restrita da relação urbano-rural, na perspectiva exclusiva das classes dominantes, para analisar os sujeitos do campo e suas lutas pela sobrevivência. Para eles, o mundo rural não se reduz à sua classe dominante, nem os trabalhadores do campo são apenas os dominados do latifúndio. As estratégias camponesas jamais se submeteram passivamente às expectativas, de origem urbana, de autodestruição e autonegação, expressando suas demandas pela permanência na terra e no seu lugar de referência. Assiste-se, a movimentos de resistência que expressam a capacidade de adaptação dos habitantes do campo, às novas condições impostas ou propostas pelas forças sociais dominantes na sociedade. Ao contrário de supor, como uma fatalidade, inexorável, o fim do rural, privilegia-se, nessa abordagem, os projetos dos atores sociais rurais, bem como os processos sociais que permitiram construir o que se pode chamar a ruralidade contemporânea.

4. A RURALIDADE CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

4.1. TRAÇOS MARCANTES

As concepções de desenvolvimento, em disputa, no embate político e ideológico da sociedade brasileira, ao longo de sua evolução histórica, levaram à consagração de um projeto de desenvolvimento rural, que reflete, precisamente, as correlações de forças sociais nela dominantes: aquelas oriundas das cidades e dos setores industriais, que se definem como portadores do progresso para toda a sociedade e a incorporação das forças sociais comprometidas com o “antigo regime” que se afirmam como uma fração da classe dominante.

O modelo de desenvolvimento implantado assume, concretamente, três dimensões principais, cujos efeitos incidem diretamente sobre o meio rural, provocando transformações e orientando o sentido de sua integração. Em primeiro lugar, o processo de urbanização gerou uma enorme gama de pequenos municípios, cujas sedes, por força da lei, são definidos como cidades, mas que, como já foi visto, revelam uma reduzida complexidade. Como é sabido, é, sobretudo, nesses pequenos municípios que vive a maior parcela da população hoje considerada rural.

Em segundo lugar, os setores industriais e de serviços permanecem ainda fortemente concentrados nas grandes cidades, apesar do movimento significativo mais recente de interiorização, também contribuindo para a fragilidade urbana dos pequenos municípios. Aqui, com efeito, a urbanização e a industrialização não produziram, com a mesma intensidade e na mesma extensão, como no caso dos países desenvolvidos, “a difusão no espaço, dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade” (Kayser, 1990, p. 81).

Em terceiro lugar, o modelo de desenvolvimento rural é entendido de forma restrita, na perspectiva setorial dominante, como a modernização da agricultura. Assim compreendido, ele reitera a dominação das elites agrárias, ao associar as transformações tecnológicas à reprodução exacerbada da concentração fundiária. Em consequência, a modernização da agricultura, como foi efetuada no Brasil, tem como princípio fundamental, a associação entre a capacidade de transformação e a dimensão da propriedade, de tal forma que, só os grandes

proprietários, em condições de oferecer as garantias para o acesso ao crédito bancário, poderiam ser considerados os agentes da modernização e do progresso. Pequenos agricultores de todos os matizes, nessa perspectiva, têm contestadas suas formas de acesso à terra e suas formas de produzir frequentemente desqualificadas.

Da forma como a industrialização, a urbanização e a modernização da agricultura se estruturaram na sociedade brasileira, resultam três principais consequências para o mundo rural, que o particularizam em relação à realidade de outros países.

Em primeiro lugar, a especial incidência da pobreza sobre a população que vive no campo. Estudos realizados por ocasião da implantação do Programa Fome Zero, com base nos dados da PNAD de 1999, revelaram que a condição de pobreza afetava, em plena virada de século, quase a metade (46%) da população rural (Silva, J. G.; Belik; Takagi, 2001). Deve-se insistir no fato de que essa situação é uma consequência direta das condições restritivas do acesso à terra pela população rural e das condições degradantes do trabalho no setor agrícola. Os dados atuais (IBGE, 2011) mostram que a pobreza extrema no Brasil é equivalente, em termos absolutos – 50% urbana, 50% rural. Mas como a proporção de habitantes urbanos é maior, em termos relativos há mais pobres no meio rural do que no meio urbano.

A segunda particularidade diz respeito à composição da população rural, significativamente distinta da realidade dos países desenvolvidos. Nesses, como foi dito, os efeitos modernizadores do desenvolvimento atingiram de forma mais homogênea, o conjunto da sociedade, inclusive sua parte rural. Em consequência, viver no campo não impede o acesso às “amenidades urbanas”, que são urbanas apenas porque se originaram nas cidades, mas que se disseminam sobre o conjunto da sociedade. Somar essas amenidades às qualidades próprias das áreas rurais é o ideal de muitos indivíduos e famílias, que vem alimentando, em períodos mais recentes, o que se denominou “renascimento rural” (Kayser, 1990). Dados de 2011 mostram que, na União Européia em geral, o percentual de pessoas vivendo em regiões rurais se situava em 23%, embora com fortíssimas variações entre países: de 0% em Malta a 89% na Romênia. Em países como França, Bélgica e Irlanda, nos últimos anos a população rural voltou, inclusive, a aumentar (Le Monde. 2012).

O principal efeito desse processo é a profunda transformação do perfil demográfico da população rural daqueles países, que tornou os agricultores uma categoria minoritária e a supervalorização das funções residenciais dos espaços rurais, em detrimento de suas funções produtivas. Para Bertrand Hervieu, assiste-se, nos países avançados, especialmente na Europa, a uma ruptura entre o espaço de moradia e o espaço de trabalho (Hervieu, 1993, p. 31).

No Brasil, processo semelhante não é a regra geral: ele pode ser observado em algumas situações, onde as condições de vida são particularmente favoráveis, especialmente no entorno próximo às áreas metropolitanas e a grandes centros urbanos com boas condições de acesso, o que estimula grupos urbanos a se fixarem no campo, mas fazendo deslocamentos relativamente frequentes para as cidades próximas. Viver no campo significa, muito frequentemente, conviver com restrições profundas, no que se refere ao acesso a bens, serviços e oportunidades de trabalho.

E mesmo ali, nas áreas mais afastadas dos grandes centros, onde os membros das famílias de agricultores se dividem entre o trabalho nas atividades agropecuárias ou em outras atividades nas pequenas cidades – por vezes morando no estabelecimento agropecuário e fazendo deslocamentos diários até as cidades ou o contrário – também a precariedade é uma marca.

No Brasil, embora seja inegável o grande investimento em eletrificação rural, estradas vicinais, transporte intramunicipal, saúde e educação, entre outros, que aprofundou os contatos entre as áreas rurais e as sedes municipais, não resta dúvida que a cobertura destes serviços bem como sua qualidade são, ainda, profundamente insuficientes e insatisfatórias. (Wanderley, 2009 b, p. 74)

Quando considerada a escala local, intramunicipal, os habitantes do campo são, assim, em grande maioria, pequenos agricultores, com ou sem terra, agrupados, como já foi assinalado, em comunidades de distintos tipos e trabalhadores rurais residentes nas grandes propriedades. Para todos esses, o meio rural é, efetivamente, um lugar de vida e de trabalho, enquanto que, para os grandes proprietários absenteístas, esse espaço é o lugar do negócio e base de seu poder. Longe de uniformizar os “rurais”, essa característica está na origem de uma grande diversidade de situações concretas. Integram a população rural, dentre outros:

[...] os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (História Social do Campesinato, 2008) ⁽²⁾

Numa outra escala, pode-se considerar como rurais o conjunto das populações que vivem naquelas regiões que, incluindo a existência de pequenas cidades, poderiam ser consideradas como regiões rurais ou regiões de municípios rurais, uma vez que a proximidade com a natureza e as relações de proximidade são predominantes, mesmo nos núcleos destes municípios. Neste segundo caso, portanto, a população rural envolve, além daqueles que habitam os campos, no sentido das definições legais em vigor, outras categorias profissionais que habitam os núcleos dos pequenos municípios.

Ambas as escalas precisam ser tomadas em conta para a futura elaboração de tipologias territoriais, pois, sem ela, corre-se, por um lado, o risco de ver diluídas as principais características das populações mais pobres, cuja vida e o trabalho permanecem fortemente vinculados à agricultura e suas derivações, sobretudo lá, onde é minoritária; e por outro lado, se tomada exclusivamente a escala intramunicipal, corre-se igual risco, agora por outro viés: o de invisibilizar um expressivo contingente pessoas, estatisticamente desconsiderados como rurais apenas por habitarem pequenos municípios. Essa questão será retomada posteriormente.

Finalmente, há a considerar a enorme proporção que atingiu no Brasil o êxodo rural. Nesse caso, não é propriamente a migração maciça, também registrada em todos os países avançados, o que particulariza a realidade brasileira, mas a incidência de dois fatores que a caracterizam: por um lado, o fato de que esse movimento populacional se origina menos das transformações dos processos de produção que teriam modernizado a agricultura, mas, sobretudo, das iniciativas

3 - Essas categorias e tipos de agricultores são definidos pelos autores do texto citado como camponeses, em seu sentido mais amplo. A condição camponesa tem sido objeto de um grande debate, cujos termos escapam aos escopos do presente texto. (Almeida, 2007)

dos proprietários fundiários no sentido de “limparem” suas terras da presença desnecessária e arriscada - após a adoção da legislação protetora de direitos – de trabalhadores moradores e de agricultores que vivenciam outras formas de produzir; por outro lado, a incapacidade estrutural de absorção produtiva dessa massa de deslocados da terra, que se traduz em termos de marginalidade urbana e de vivência de situações de errância.

Assim, menos pelo que introduziu de moderno e mais pelo que reproduziu das formas tradicionais de dominação, o processo de modernização resultou na expulsão da grande maioria dos trabalhadores não-proprietários de suas terras e na inviabilização das condições mínimas de reprodução de um campesinato em busca de um espaço de estabilidade. A chamada “industrialização” do campo não pode, nestas condições, ser compreendida sem que se introduza na argumentação a consideração fundamental de que tal processo não revolucionou, como ocorreu em outras situações históricas, a estrutura fundiária e, conseqüentemente, o predomínio político que ela produz. E este fato continua a se constituir como um elemento estruturante do mundo rural. (Wanderley, 2009 b, p. 71)

Naturalmente, não se pode desconsiderar os avanços e superações registrados nas últimas décadas e que, sem dúvida, modificaram a realidade rural, num sentido, em geral, positivo. A sociedade, como o Estado, vêm, de fato, enfrentando a pobreza rural (Neri, 2012), construindo as bases de uma mais profunda inserção da população rural e reconhecendo outras formas de agricultura, além da patronal, como atores do desenvolvimento rural (Favareto, 2012). No entanto, não é impertinente afirmar que o legado da História permanece desafiando o futuro, expressando-se ainda como obstáculos a serem vencidos e como potencialidades a serem valorizadas.

Em consequência da forma como o mundo rural se insere no processo de desenvolvimento brasileiro, da qual resultam as particularidades acima apontadas, os modos de vida das populações do campo se estruturam em torno de três referências centrais. Em primeiro lugar, a prioridade que é atribuída à construção e a reprodução do patrimônio, especialmente, fundiário. Patrimônio eminentemente familiar ou comunitário (no caso de muitas das comunidades tradicionais), de sua consolidação – suficiência, segurança e perpetuação – depende a própria permanência, em condições minimamente satisfatórias, no mundo rural. No Brasil, o ideal de quem vive no campo é ser proprietário – ou dispor sem ameaças – de uma área que lhe permita assegurar a sobrevivência familiar.

Dessa relação ao patrimônio decorrem diversos outros elementos constitutivos do modo de vida aqui considerado: a coesão no interior da família, vista, assim, como uma comunidade de interesses; a centralidade do trabalho familiar, considerado como o esforço coletivo necessário para assegurar sua reprodução; a submissão a relações de trabalho e produção degradantes e subordinadas, lá onde essas são as únicas vias de acesso, mesmo precário, à terra. (Wanderley, 2006)

A segunda referência é constituída pelas relações de pertencimento a um pequeno grupo. Nada é mais estranho e repugnante ao habitante de uma comunidade rural do que o isolamento, como já registrara Maria Isaura Pereira de Queiroz, em texto acima assinalado; nada é mais valorizado do que a vida entre vizinhos, que se conhecem e estabelecem entre si relações de interdependência e formas de solidariedade que viabilizam a sobrevivência de todos e que dão conteúdo ao espaço rural como lugar de vida e de trabalho. Aqui, o ideal do habitante do campo é poder associar, como num movimento único, as duas dimensões do seu modo de vida: “morar e trabalhar” (Wanderley, 2003).

Finalmente, a terceira referência diz respeito à necessidade dos habitantes do meio rural de se integrar a espaços de vida mais amplos, cujo primeiro elo é o próprio município a que pertencem. Desde já é preciso afirmar que essa integração não expressa nenhuma perda de referência ao mundo rural; as trocas entre o campo e a cidade fazem plenamente parte da vida rural e sua intensificação não aponta, necessariamente, para uma “urbanização” antagônica e esvaziadora do mundo rural.

A presença de bens, públicos e privados, bem como a oferta de serviços na própria área rural não podem ser entendidas, sem maiores precauções, como a perda de substância da ruralidade. Quando essa presença ocorre, estamos diante, não necessariamente, de um espaço que se tornou urbano, mas de um rural, cuja função residencial é reforçada, com significativos ganhos na qualidade de vida, para a população que nele habita. Da mesma forma, a busca do acesso aos bens, empregos e serviços disponíveis nas cidades, expressa, na grande maioria das situações, o complemento necessário, ao que é oferecido no campo.

A população do campo constrói uma área de circulação – seu espaço de vida – centrada em seu local de moradia, a partir do qual se mobiliza para ter acesso aos bens e serviços necessários. Esta área de circulação apresenta, naturalmente, intensidades distintas, conforme o caso, que expressam os

objetivos, a frequência, o tempo e o espaço dos deslocamentos efetuados. [...] O conceito de mobilidade torna-se, assim, complementar ao de acessibilidade, não como uma ruptura com o mundo rural, mas como uma dimensão intrínseca da experiência dos que nele vivem, como expressão do seu processo de integração ao conjunto da sociedade. (Wanderley, 2009 b, p. 76)

É a confluência das três referências acima enumeradas que recorta, sociologicamente, o espaço rural de vida e de trabalho e dá conteúdo ao que se considera a ruralidade contemporânea.

A primeira consideração a respeito da ruralidade é que ela deve ser vista como uma realidade da sociedade moderna. Com efeito, como já foi dito acima, o predomínio da cultura urbana sobre o conjunto da sociedade não implica numa homogeneidade cultural. Ao contrário, na sociedade urbana moderna coexistem formas distintas de culturas, que expressam modos de viver e de pensar, referidos a espaços regionais e locais ou a grupos sociais diversificados, que a tornam uma realidade múltipla e heterogênea.

Essa diversidade se explica, por um lado, pela heterogeneidade temporal e espacial da própria mudança social. Mas, por outro lado, ela não é apenas intersticial. No que se refere aos modos de vida que predominam nos espaços rurais, nos termos já observados anteriormente, sua presença não se esgota em referências pretéritas, nem pode ser compreendida como um elemento residual, em vias de desaparecimento. Como afirma Ricardo Abramovay,

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um *valor* para as sociedades contemporâneas. É em torno desse valor - e não somente de suas atividades econômicas setoriais - que se procuraram aqui as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas. (Abramovay, 2003, p. 51).

No mesmo sentido, para Bruno Jean “o mundo rural não é uma parte residual de um sistema em evolução dominado pela cidade. Ele participa do crescimento global pelos recursos naturais e humanos que gera e também pelos seus produtos específicos”. (Jean, 1997, p. 41) E ele acrescenta: “[...] o espaço rural é igualmente portador de um patrimônio histórico e cultural e também de um certo estilo de vida que contribuem para enriquecer as escolhas que se oferecem aos indivíduos que compõem nossa sociedade”. (Jean, 1997, p. 42)

Essa ruralidade remete à pluralidade de movimentos, de origem externa ou interna, que dinamizam os espaços rurais, no sentido da atualização dos desafios e potencialidades antes referidos. Grosso modo, dois campos em disputa política e ideológica se constituem, cada um portador de seu próprio projeto de sociedade e de desenvolvimento rural: um primeiro construído a partir e em função dos interesses e demandas vinculados à concentração da terra, e um segundo, que se forma através de iniciativas de resistência ou de adaptação, expressando as referências identitárias, em sua diversidade, de quem vive efetivamente no campo. Em outras palavras, trata-se da disputa entre as concepções de rural, enquanto espaço de investimento e enquanto um lugar de vida.

O processo de urbanização assumirá significados distintos, se em sua incidência sobre o mundo rural, reforçar um ou outro desses projetos: a imposição, em nome da modernização da agricultura, dos padrões dominantes de trabalho, produção e consumo, que reitera a grande propriedade como o modelo ideal de empresa rural ou, inversamente, a implantação de uma modernização rural, pela qual os habitantes do campo tenham assegurado o acesso aos bens e serviços socialmente necessários e possam participar como protagonistas da gestão desse mesmo acesso. O que está em questão é saber, em que medida, os processos modernos de urbanização e industrialização reiteram os privilégios do “antigo regime”, que reproduzem as formas de subordinação ao poder tradicional ou são portadores de novas e mais amplas referências culturais, que viabilizem o exercício, pelos trabalhadores da terra, de uma cidadania exercida a partir do próprio local.

A ruralidade se constroi, igualmente, como a forma de inserção do mundo rural no conjunto da sociedade, através de suas relações com as cidades. Enquanto uma relação social, ao mesmo tempo que distingue o mundo rural, torna interdependentes as dinâmicas rurais e urbanas. A solidariedade entre as funções próprias do campo e da cidade são a condição central para a consolidação de uma economia de proximidade, cujas bases são dadas pela capacidade urbana de absorver os produtos materiais e imateriais, oriundos do campo e de assegurar o acesso da população rural aos bens e serviços concentrados na cidade.

É isto o que permite entender as relações campo-cidade como uma via de mão dupla, na qual, do ponto de vista teórico, as assimetrias e descontinuidades não significam necessariamente desequilíbrios, mas

relações de complementaridade pelas quais as funções recíprocas se alimentam e são intercambiadas. (Wanderley, 2009 b, p. 72)

Trata-se, na verdade, da afirmação da legitimidade e do reconhecimento do lugar desse mundo rural na pirâmide social, ou, melhor dizendo, nos fluxos rural-urbanos de bens materiais e imateriais e nas tramas espaciais e sociais da sociedade da qual faz parte.

Essas afirmações se contrapõem, com vigor, à concepção do rural como espaço residual, que informa as definições oficiais brasileiras. Nesse caso, a condição rural parece ser percebida como uma posição de autonomia, se não de isolamento, em relação aos espaços urbanos, posição que gera sua própria fragilidade. Assim, tudo o que tende a aproxima-lo das cidades é entendido, como esvaziamento do rural. Ora, o que pode ser confundido com a urbanização do campo, muito frequentemente, é a própria afirmação da ruralidade moderna, isto é, referida às suas forças internas, mas construindo-se nas relações com as diversas centralidades que o organizam.

4.2. TENDÊNCIAS

Como se vê, há, portanto, uma unidade, contraditória mas coesa nas relações entre os campos e as cidades. Algo que se percebe na trajetória de longa duração da formação social e espacial brasileira e que tornam difícil, senão mesmo equivocado, operar com categorias de interpretação do mundo social ou de planejamento territorial que insistam em opor, em vez integrar as dinâmicas que atam estes dois domínios distintos, mas complementares. Estas interdependências se tornam cada vez mais fortes com as mudanças que atingem as dimensões demográfica, econômica e social do Brasil contemporâneo. De maneira sistemática, mas sem a pretensão de oferecer um panorama exaustivo, pode-se destacar seis tendências marcantes que moldam os contornos do rural brasileiro contemporâneo.

a. Primeira tendência: muda o perfil demográfico do rural brasileiro

Como se sabe, uma das marcas do rural brasileiro na segunda metade do Século XX foi o intenso processo de êxodo rural. De acordo com estatísticas oficiais, no final dos anos noventa, oito em cada dez brasileiros eram considerados urbanos (IBGE, 2000). Mas, a peculiaridade da definição brasileira sobre o que é rural e o que é urbano, já mencionada, atrapalha o entendimento mais preciso destas dinâmicas demográficas. Como resultado, municípios com baixa densidade populacional, tamanho reduzido, frágil infraestrutura, muitas vezes apresentam estatísticas que apontam um grau de urbanização superior a muitas grandes cidades ou metrópoles. Além disso, esta maneira de definir o rural e o urbano encobre situações como aquelas de agricultores que vivem nos pequenos núcleos de cidades e vilarejos, que muitas vezes têm sua vida ligada às atividades agrícolas, e que acabam, ainda assim, sendo enquadrados como urbanos.

Visando contornar esse tipo de problema, estudos coordenados por Veiga (2001) e onde se procurou redefinir os contornos do rural brasileiro aplicando à realidade do país critérios mais aceitos pela comunidade internacional, a partir de uma combinação de variáveis envolvendo densidade populacional, tamanho dos municípios e sua localização, concluíram que aproximadamente 1/3 da população brasileira poderia ser considerada rural, contra os 18% das estatísticas oficiais.

Mais importante do que esta constatação sobre a magnitude do Brasil rural foi a descoberta de que muitas regiões e municípios de características marcadamente rurais não vinham mais perdendo população, como apontava a tendência das décadas anteriores. Ao contrário, um número expressivo de localidades rurais vinha mesmo atraindo população. Os estudos de caso realizados no âmbito desta pesquisa mostraram que, por trás desta atratividade, não havia uma razão unívoca. As populações eram atraídas por estas áreas por diferentes motivos, que iam desde a crise do emprego e o processo de desindustrialização de algumas metrópoles, para onde antes se dirigiam outrora os migrantes, até o processo de desconcentração da atividade econômica que vem lentamente ocorrendo no país, passando pela maior injeção de recursos nas áreas interioranas por conta da ampliação das políticas sociais, ou pela maior disponibilidade de amenidades naturais em algumas regiões rurais, particularmente aquelas situadas no entorno de regiões metropolitanas.

b. Segunda tendência: a agricultura ganha importância no competitivo cenário internacional, mas perde importância na ocupação de trabalho e na formação das rendas.

Junto às mudanças demográficas, mudam também as bases econômicas dos espaços rurais brasileiros. Não há dúvida de que a agricultura tem uma grande importância na economia nacional: embora as atividades estritamente agrícolas correspondam a algo em torno de 10% a 12% do Produto Interno Bruto nas últimas décadas, sua dinâmica recente vem apresentando forte vigor, impulsionada pelo aumento dos preços pagos no mercado internacional e por ganhos de competitividade. Se considerado o agregado do setor agroindustrial, a participação sobe para mais de 1/3 do PIB nacional. E embora a participação da agricultura na pauta de exportações viesse recuando com o processo de industrialização do país, ao longo da última década sua participação voltou a crescer, triplicando seu peso, hoje superior a 30% do total. O país destaca-se no cenário internacional como grande exportador, com uma pauta diversificada e que tem entre os principais produtos o café, o suco de laranja, a soja, açúcar, fumo, cigarros, papel e celulose, carnes bovina, suína e de aves, produzidos tanto pela agricultura patronal como pela agricultura de base familiar.

Quando se trata, no entanto, de analisar a repercussão desta dinâmica na formação das rendas e na ocupação de trabalho, observa-se uma tendência inversa. Como mostram os dados do Projeto Rurbano (Silva, J.G.; Campanhola, C. 2005), no fim dos anos noventa as rendas não-agrícolas já ultrapassavam as rendas das famílias rurais brasileiras provenientes da atividade agropecuária. E não se trata de um fenômeno localizado nas áreas mais urbanizadas ou industrializadas. Os mesmos autores destacam que as atividades nãoagrícolas se expandiam e as agrícolas se retraíam mesmo em regiões de crescimento da agricultura mais tecnificada e capitalizada, como o Centro-Oeste, ou nas regiões de maior população rural, como o Nordeste. Também sobre isso os dados da composição setorial do Produto Interno Bruto e da ocupação da População Economicamente Ativa apresentados em Girardi (2008) são esclarecedores.

Três fatores explicam esse aparente paradoxo. O primeiro fator, responsável pela contínua expansão da produção agropecuária, é a disponibilidade de fatores de produção a custos relativamente baixos nas regiões de fronteira agrícola na

porção setentrional do país. Essa incorporação constante de terra e trabalho se faz muitas vezes sob condições sociais e ambientais reprováveis. O segundo fator, responsável pela não tradução desta expansão em mais renda e trabalho é o caráter fortemente poupador de mão-de-obra da moderna agricultura brasileira. Dados da Fundação Seade mostravam que, em média, é preciso aproximadamente 100 hectares de cana-de-açúcar para gerar um emprego. Na cultura da soja este número é de um emprego para cada 200 hectares. E na pecuária extensiva tinha-se um emprego para cada 350 hectares. O terceiro fator é a mudança no perfil demográfico associado à frágil desconcentração da atividade econômica e à expansão das políticas sociais: com o fim do êxodo generalizado, uma população com maior escolaridade habita as áreas rurais e, devido à desconcentração da atividade econômica e à expansão dos programas sociais, encontra mais oportunidades de trabalho em atividades não-agrícolas.

c. Terceira tendência: o enraizamento socioambiental da chamada “nova ruralidade” e as metamorfoses da questão agrária.

Para alguns as duas tendências anteriores poderiam ser interpretadas como um esvaziamento da questão agrária brasileira. A agricultura não é mais a propulsora da formação das rendas e da ocupação de trabalho, e, no Brasil, não há escassez na produção de alimentos. Ao mesmo tempo, no entanto, um olhar mais detido sobre o padrão de organização espacial nas áreas onde predomina a agricultura patronal, comparativamente àquelas onde predomina a agricultura familiar, deixa claro que os estilos de desenvolvimento de cada uma diferem profundamente.

Em trabalho recente Favareto & Abramovay (2009) analisaram a evolução dos indicadores de renda, desigualdade e pobreza do conjunto de municípios brasileiros, contrastando o desempenho das grandes regiões e das áreas rurais e urbanas. Foram poucos os municípios brasileiros que conseguiram, simultaneamente, durante os anos noventa, diminuir a pobreza e a desigualdade, e ao mesmo tempo aumentar a renda de seus habitantes. Estas situações foram mais comuns nas regiões tipicamente rurais do que nas regiões metropolitanas. Nas áreas rurais, dois em cada dez municípios conseguiram melhorar a renda e diminuir pobreza e desigualdade, mas nas áreas mais urbanizadas este número cai

pela metade. Tão importante quanto esta constatação que desautoriza a simples associação entre urbanização e desenvolvimento é a verificação de que não há coincidência entre a localização destes municípios virtuosos e os chamados polos dinâmicos das economias interioranas: não é necessariamente nos perímetros irrigados, nem nas regiões a que chegaram as indústrias petroquímicas, de calçados e têxteis que se encontram, nos anos 1990, os melhores indicadores.

Mais ainda, o mesmo estudo mostrou também como a região onde se encontrava o menor número de municípios com estas características (convergência em crescimento econômico positivo com redução da pobreza e da desigualdade) era a região Centro-Oeste, aquela onde a presença da agricultura patronal é maior comparativamente à familiar. Naquela região, predominam municípios que experimentaram crescimento econômico, mas ampliando a desigualdade. E, finalmente, mostra como na Amazônia brasileira praticamente inexistiam municípios com características de convergência positiva em renda, diminuição da desigualdade e da pobreza.

Os dados preliminares para os primeiros anos deste século reforçam esta ideia (Favareto & Barufi, 2013). Diferente do que se viu nos anos noventa, nesta última década a melhoria dos indicadores de renda, desigualdade e pobreza foi amplamente majoritária no Brasil. Porém, das grandes regiões, o Norte, justamente onde se encontra a fronteira da expansão da atividade primária (madeira, pecuária, soja, mineração) é aquela onde a desigualdade não diminuiu como no restante do país. E mesmo em áreas onde a expansão da grande produção de grãos já está consolidada ou em processo de consolidação, como na porção setentrional dos Cerrados do Centro-Oeste e do Nordeste, os efeitos do crescimento econômico são multifacetados, em vários lugares com persistência ou mesmo crescimento da pobreza e da desigualdade. Também no Semiárido do Nordeste, apesar da forte melhoria dos indicadores econômicos e sociais, há um número expressivo de municípios nos quais a pobreza diminuiu consideravelmente e a renda teve um aumento expressivo, mas a desigualdade permanece inalterada ou se acentuou.

O que ocorre, numa inferência a partir destes dados, é uma metamorfose da questão agrária, aqui entendida em duas dimensões complementares. Por um lado, o significado das formas de posse e uso da terra tem sido um obstáculo à adoção de um estilo de desenvolvimento que se faça acompanhar de maior coesão social e

de formas menos agressivas de uso dos recursos naturais. . A questão agrária torna-se indissociável da questão regional e da questão ambiental. Por outro lado, se é possível falar em metamorfose da questão agrária, esta se traduz pelas novas representações ideológicas hoje atribuídas ao agronegócio. De fato, camuflando a permanência da concentração fundiária, bem como a incidência das formas de trabalho degradantes, como seus fundamentos estruturais, a grande empresa agropecuária conseguiu se dissociar da velha imagem do latifúndio improdutivo e se apresentar à sociedade como partícipes da construção da sociedade moderna, através do peso econômico que assumiu, particularmente no que se refere ao leque das exportações do país. A viabilidade política de qualquer projeto de reforma da estrutura fundiária é, em consequência, fortemente abalada.

d. Quarta tendência: a convivência conflituosa de duas formas sociais de produção na agricultura brasileira.

Em consonância com a atualidade da questão agrária brasileira, agora metamorfoseada, observa-se a convivência – conflituosa, é verdade – de duas formas sociais de produção: a agricultura patronal e a agricultura familiar. Dados do último Censo Agropecuário indicavam a existência no país em torno de quatro milhões de estabelecimentos familiares. Eles mostram que o tamanho médio das propriedades recuou de 78 para 63 hectares. E que houve um aumento no número de proprietários na ordem de 350.000. Ao mesmo tempo, existem hoje no país 900 mil famílias assentadas no programa de assentamentos de reforma agrária, dos quais pouco mais de 500 mil durante os dois mandatos do atual governo. Estes dados mostram que não tem havido uma mudança substantiva na estrutura agrária brasileira, em que pese, de um lado, as fortes exigências de competitividade que têm sido dadas pelos mercados agrícolas – e que têm com consequência uma pressão seletiva - e de outro, os investimentos em assentamentos rurais – que, inversamente, procuram alterar a concentração fundiária.

Como bem o demonstra Valente (2009), seria um brutal equívoco relacionar as pequenas unidades produtivas ou a agricultura familiar a uma imagem de tradição e atraso e as grandes unidades produtivas à agricultura comercial e competitiva. No interior das duas formas de produção há segmentos à margem de

patamares mínimos de competitividade comercial, e em ambas há segmentos altamente inseridos em mercados dinâmicos.

e. Quinta tendência: o território ganha espaço como unidade de planejamento, mas as instituições e as forças sociais continuam sendo setoriais e o viés dos investimentos continua sendo compensatório.

Enquanto nos anos noventa uma das grandes novidades no âmbito das instituições e políticas para o desenvolvimento rural foi a emergência da agricultura familiar como objeto de investimentos públicos e o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) como um dos principais instrumentos para isso, na primeira década do novo século a principal marca talvez seja a emergência da abordagem territorial nas políticas e programas para as áreas rurais.

O início da adoção de políticas territoriais havia sido dado no âmbito do próprio Pronaf. Primeiro com o reconhecimento de que políticas setoriais não são o bastante para promover o desenvolvimento dessas regiões. Daí a introdução, no âmbito daquele programa, de uma vertente voltada à dotação de infraestruturas físicas. Mais tarde, buscou-se ampliar esses investimentos para uma escala intermunicipal, sinalizando a necessidade de focalizar uma escala geográfica mais ampla do que as comunidades e municípios. Logo depois, avançou-se um pouco mais com a criação de uma secretaria com esse fim, mas que ficou confinada a um ministério periférico, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. E nos anos recentes, mais um tímido passo foi dado com a perspectiva de integração de ações interministeriais no Programa Territórios da Cidadania.

Porém, os territórios continuam sendo vistos como um repositório de investimentos. Não mais que isso. Sob esse prisma, vê-se que o programa Territórios da Cidadania é mais uma inovação parcial. Para uma incorporação a contento da chamada abordagem territorial, tal como ensina a experiência internacional, seria preciso no mínimo superar a dicotomia entre redução da pobreza e dinamização econômica. Obras de infra-estrutura e políticas sociais ou focalizadas são condições básicas, mas estão longe de ser o bastante para isso. Como explicar, por exemplo, a ausência, no âmbito do programa, dos ministérios do Turismo, da Indústria e Comércio ou da Ciência e Tecnologia? Seria possível

promover o desenvolvimento regional sem ações que estão na alçada destes ministérios?

Além disso, os estudos e levantamentos realizados sobre os fóruns e espaços participativos criados para gerir os investimentos territoriais do Governo Federal revelam que a composição é francamente majoritária de representantes do setor agropecuário. Algo que se começou a tentar corrigir no Programa Territórios da Cidadania, ainda que de maneira embrionária.

Estas duas características, o viés setorial e o viés de políticas sociais mostram que ainda há um amplo terreno a ser percorrido no aprimoramento das instituições voltadas à promoção do desenvolvimento rural. E que uma dificuldade é, justamente, encontrar portadores sociais que possam expressar a nova condição, necessariamente multifacetada em diferentes segmentos econômicos, da nova ruralidade brasileira.

f. Sexta tendência: o surgimento de uma economia da nova ruralidade

Uma pergunta natural que emerge destas constatações é: se não há coincidência entre os polos dinâmicos das economias regionais e a melhoria dos indicadores nas áreas rurais, nem há um efeito direto das tentativas de promoção do desenvolvimento rural e nem mesmo uma consequência positiva derivada da competitividade agrícola, o quê, então, pode explicar o bom desempenho das regiões rurais nos anos recentes?

Há uma tendência em atribuir as causas desses bons indicadores às transferências de rendas via previdência social e programas sociais que, no Brasil, se acentuaram significativamente nos últimos vinte anos. Esta resposta, contudo, é incompleta, pois ela não permite entender as razões do enorme contraste que continua a existir mesmo entre regiões rurais onde o peso desta modalidade de programas sociais é idêntico.

As análises de Favareto & Abramovay (2009) levantam uma hipótese. Tudo indica que houve diversas áreas em que a estas transferências públicas vieram acrescentar-se cinco outros fatores importantes, capazes de dinamizar de maneira mais duradoura algumas áreas das regiões rurais mais pobres do país: a) transferências privadas decorrentes do trabalho tanto na venda de mercadorias (roupas e redes, por exemplo), como no assalariamento agrícola sazonal (da cana-

de-açúcar, entre outros produtos); neste caso, é nítida a tendência de que os indivíduos migrem de maneira provisória, gastando o dinheiro que ganharam nestas atividades em suas regiões de origem; b) incentivos ao aumento da produção vinculados às compras públicas; estes programas datam do final dos anos 1990, com os programas de compra e distribuição de leite, mas ampliaram-se de maneira consistente no período atual com objetivo claramente distributivo; c) uma diversificação das economias rurais e o trabalho industrial a domicílio em pequenos municípios parece acentuar-se com a transferência (localizada, é verdade) de indústrias antes concentradas no Sudeste ou com o fortalecimento de indústrias tradicionais locais na área de têxteis e de calçados; d) a ampliação do público do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com mais de um milhão de tomadores de empréstimo no Nordeste; e) as infra-estruturas e a prestação de serviços públicos no Brasil interiorano ainda se encontram em situação precária, como já foi destacado, mas é inegável o avanço, sobretudo em educação, saúde e telecomunicações, com a ampliação do acesso a energia elétrica, generalização do uso da internet e do celular; é importante mencionar também o aumento da mobilidade espacial com maior rapidez no transporte entre os Estados bem como com a impressionante expansão do uso local de pequenas motocicletas, fatores que praticamente suprimiram o secular isolamento das áreas mais distantes.

Em síntese, ainda de acordo com Favareto & Abramovay (2009), a causa dos bons indicadores estaria numa conjugação entre a força da economia residencial (com transferência de recursos privados e públicos) com o fornecimento de serviços públicos básicos e políticas que estimulam a inserção mercantil de atividades econômicas de pequena escala. Naquele trabalho os autores advertem que o fundamento desta hipótese não está numa suposta transferência do eixo dinâmico do crescimento econômico para as regiões rurais:

é óbvio que as grandes metrópoles estão na dianteira da inovação tecnológica, do dinamismo econômico e aí se concentram os esforços para reunir atributos competitivos capazes de atrair capitais internacionais. Mas as regiões rurais têm a grande virtude e o imenso potencial de atrair os ganhos decorrentes da aposentadoria, de parte das rendas públicas, da volta de processos migratórios e, com base nesta força da economia residencial, de promover dinâmicas que valorizem atributos locais não expostos – contrariamente ao que ocorre nas metrópoles – à concorrência globalizada (Favareto, Abramovay, 2009, p. 25).

4.2. O SIGNIFICADO DAS TENDÊNCIAS RECENTES DO RURAL BRASILEIRO.

As seis tendências acima conformam a manifestação, no caso brasileiro, de processos sociais consonantes com aquilo que a literatura chama de “nova ruralidade”. Para além de tendências isoladas ou fragmentadas, pode-se encontrar um significado comum subjacente a elas? Em Favareto (2007) procurou-se demonstrar que na base da emergência destes processos sociais que dão forma a esta “nova ruralidade”, há um deslizamento no conteúdo social e na qualidade da articulação das três dimensões definidoras fundamentais do rural, como destacado por Abramovay (2003) e outros autores já mencionados: a proximidade com a natureza, os laços interpessoais, e as relações rural-urbano.

A relação entre sociedade e natureza, que encerra um primeiro traço distintivo da ruralidade, é objeto de um deslocamento, pelo qual as formas de uso social dos recursos naturais passam do privilégio à produção de bens primários a uma multiplicidade de possibilidades, onde se destacam aquelas relativas à valorização e aproveitamento das amenidades naturais, à conservação da biodiversidade e à utilização de fontes renováveis de energia.

As relações de proximidade permanecem como um traço distintivo da ruralidade. Estudos recentes demonstram a importância dos laços de solidariedade, como um elemento central, não só das estratégias de reprodução dos habitantes do campo, como da busca de legitimidade e eficácia das próprias intervenções do Estado (Brandão, 1999; Abramovay, 2003 b; Caron; Sabourin, 2003; Sabourin, 2009; Tonneau; Sabourin, 2007). Mas se mesclam com imperativos de racionalização da vida cotidiana e pressões sobre as formas tradicionais antes tipicamente associados ao mundo urbano. Em alguns lugares isto aparece sob a forma da mudança nos padrões de transmissão do patrimônio familiar (Abramovay, 2003), com o fim da determinação familiar sobre os enlacedes matrimoniais, a crescente mobilidade física dos habitantes, entre outros aspectos (Favareto, 2007).

A relação com as cidades, último traço distintivo, deixa de se basear na exportação de produtos primários para dar origem a tramas territoriais complexas e multifacetadas, com diferentes mecanismos de composição entre os dois polos, agora baseados em novas formas de integração entre os mercados de trabalho, de

produtos físicos e serviços, e também de bens simbólicos. De exportadora de recursos como bens materiais e trabalho, os territórios rurais passam a ser também atrativos a novas populações e à captação de rendas urbanas.

Em suma, desaparece todo o sentido em tratar o rural exclusivamente como o oposto do urbano, em proclamar seu desaparecimento, ou em resumi-lo a apenas uma de suas dimensões atuais: o agrícola. Mas, atenção: é crucial observar que no Brasil o projeto de modernização – ou num outro registro, a manifestação da nova ruralidade - se fez sob o “comando da terra” e em coerência com o peso histórico que a concentração fundiária desempenhou na conformação das configurações territoriais das regiões interioranas (Wanderley, 2009). Daí a importância de evitar uma hipervalorização do urbano ou a tentação de procurar no Brasil uma mera repetição das tendências verificadas na manifestação da “nova ruralidade” na Europa e EUA.

Um dos exemplos mais evidentes da supervalorização do “urbano” encontra-se nas análises comumente feitas a respeito da pluriatividade dos agricultores familiares. A pluriatividade é, frequentemente, confundida com o exercício simultâneo de atividades agrícolas no estabelecimento familiar e de atividades não-agrícolas nas áreas urbanas. Em consequência, ela tende a ser vista como uma passagem da tradicional família de agricultores monocultores para a multiplicação de famílias, cujos membros - pelo menos um deles – trabalha e obtém renda, predominantemente das atividades não-agrícolas.

Essa compreensão da pluriatividade minimiza o seu exercício através de ocupações na própria agricultura, o que não raramente ocorre, em áreas predominantemente agrícolas; ao mesmo tempo, supõe que o agricultor tradicional seja majoritariamente monoativo, o que, também não é a norma (Garcia, 1990) e, acima de tudo, a identifica a um movimento de sentido único, que insere definitivamente os agricultores, especialmente os jovens, no universo urbano.

Ora, a pluriatividade é a forma moderna de ser agricultor. Ela corresponde, fundamentalmente, a uma estratégia das famílias, através da qual tentam enfrentar dois dilemas que lhes são próprios e específicos: complementar a renda coletiva, com ocupações fora do sítio, utilizando, para isso, a força de trabalho familiar disponível, e encaminhar profissionalmente os filhos que não sucederão aos pais. A relação com o dinamismo urbano-industrial, do qual depende a oferta de

empregos no próprio local é incontestável; mas esse fato, não autoriza a que se subestime a centralidade da família e do projeto de valorização do seu patrimônio, mesmo quando as rendas das atividades externas são superiores às obtidas na agricultura, como é frequentemente o caso. É o que defende também Sérgio Schneider, ao considerar que

o crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural não deve ser interpretado, de forma apressada, como uma perda de importância das atividades propriamente agrícolas. Na verdade, o que se verifica é um processo de diversificação produtiva nestes espaços, provavelmente, relacionada com o crescimento da mercantilização econômica e social (Schneider, 2000).

A pluriatividade é, também, uma das formas modernas de integração campo- cidade, no sentido de criar, nas cidades, espaços de absorção do trabalho em disponibilidade nas áreas rurais.

Outro exemplo da “desqualificação” do rural, nas relações campo-cidade pode ser encontrado, em algumas das análises que se apoiam na dissociação entre o “rural” e o “agrícola”. Essa dissociação é, sem dúvida, evidente em dois sentidos. Em primeiro lugar, enquanto um questionamento do modelo dominante da modernização da agricultura. Para os seus defensores, esse era o eixo central do projeto de desenvolvimento rural proposto, como se a modernização da agricultura assegurasse, por si só, a modernização rural, entendida essa como as transformações que afetam as condições de vida dos habitantes do campo. Estudos recentes em profundidade, como os já apontados anteriormente, vêm revelando que essa expectativa está longe de corresponder à realidade dos fatos, as transformações ocorridas tendo, em muitos casos, agravado as condições de vida das populações mais fragilizadas do campo.

É igualmente indiscutível o fato de que a evolução recente da produção agrícola a coloca crescentemente numa relação direta e subordinada aos setores dominantes da economia, especialmente ao capital industrial e financeiro e, como foi visto, outras atividades ocupam espaços também crescentes no meio rural. Apesar disso, não é possível minimizar a importância da atividade agrícola – em suas diversas formas – para as estratégias de reprodução de parte expressiva dos habitantes do campo. Sem desconhecer o caráter diversificado dessas mesmas estratégias, que tentam abrir o maior leque possível de iniciativas visando à sobrevivência, dentro e fora do sítio familiar, é a existência de uma unidade

familiar de produção que centraliza esse “sistema de atividades”, assegurando uma coerência ao conjunto, que, por essa mesma razão, pode ser denominado genericamente de agricultura familiar. Trata-se, portanto, segundo Ângela Duarte Damasceno Ferreira de

um rural onde os agricultores vêm pondo em prática estratégias de diversificação de seus estabelecimentos, de pluriatividade, de associativismo, de agroindustrialização em pequena escala, enfim, estratégias de valorização das oportunidades que o espaço local e a região oferecem para viabilizar sua reprodução tanto como agricultores quanto como rurais. (Ferreira, 2002, p. 39)

Deve-se ter em mente, por outro lado, que o caráter moderno dessa agricultura é assegurado pela sua multifuncionalidade, a condição de agricultor não se limitando aos simples atos produtivos de “plantar e arrancar”.

[...] o significado das atividades não-agrícolas não é dado pelo tipo de trabalho realizado, e sim, pela maneira como esse trabalho e a renda por ele obtida se integra à dinâmica da reprodução familiar. [...] É necessário levar em conta que o papel da agricultura para as famílias rurais vai muito além da produção para o mercado, justamente porque ela está inserida em um modo de vida. ... Essa percepção da agricultura aciona o debate da multifuncionalidade da agricultura. (Carneiro; Maluf, 2003, p. 181)

Finalmente, é verdade que no período atual não se pode explicar a dinâmica do rural exclusivamente a partir do conteúdo dos processos sociais agrários ou da produção agrícola. Mas enquanto as potencialidades da vida no campo estiverem condicionadas às formas e dimensões da apropriação da terra como é o caso na realidade rural brasileira, nada justifica que se minimize o peso dos interesses da agricultura sobre os recortes da ruralidade. O que se quer dizer é que estas observações não permitem afirmar que há, em curso no Brasil, uma situação em que os vetores da chamada “nova ruralidade” substituem ou superam os caracteres estruturais herdados da longa trajetória da formação nacional. Diferente disso, há um gradiente de mudanças, e cuja manifestação é, por sua vez, bastante heterogênea no espaço e em grupos sociais.

5. TIPOLOGIAS, DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS.

5.1. PRINCIPAIS TIPOLOGIAS SOBRE O RURAL EM DEBATE.

Ao longo das últimas duas décadas, importantes pesquisas buscaram captar estas características estruturantes e traduzi-las em tipologias territoriais ou em tentativas de compreensão de tendências marcantes no desenvolvimento rural.

Uma primeira menção deve ser feita aos estudos de José Eli da Veiga (1998, 2001, 2004) e sua tentativa de oferecer uma tipologia rural-urbano alternativa às formas de classificação usuais no Brasil e já expostas anteriormente. Nestes trabalhos o autor insiste em que o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra, única no mundo, segundo a qual é considerada urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), independente de suas características estruturais ou funcionais. E chega a citar como exemplo extremo o município gaúcho de União da Serra, uma “cidade” na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes. De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil. Todas elas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído às regiões metropolitanas ou a destacados centros urbanos regionais.

Muitos estudiosos sugeriram outra regra, procurando maior fidelidade ao que se poderia, de fato, chamar por urbano: não se deveria considerar urbanos os habitantes de municípios com menos de 20 mil habitantes. Tal mudança de critério já faria com que se considerasse rural a população de 4.024 municípios brasileiros que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que alteraria o grau de urbanização para 70%. O complicador aqui, lembra Veiga, está no fato de que há vários municípios com menos de 20 mil habitantes e que apresentam altas densidades demográficas, dificultando assim a aplicação de um dos critérios que o tamanho reduzido da população tenta espelhar, que é o grau de interconhecimento entre a população local.

Por isso, e para ser mais fiel à necessidade de combinar critérios estruturais e funcionais, seria preciso envolver, no mínimo, o tamanho populacional do

município, sua densidade demográfica e sua localização. Desta forma, na tipologia proposta em Veiga (2004) foram considerados como eminentemente urbanos os residentes nas 12 aglomerações metropolitanas, nas 37 aglomerações urbanas não-metropolitanas e nos 77 centros urbanos identificados na pesquisa IPEA/IBGE/Unicamp-Nesur (1999/2002). Nessa teia urbana, formada pelos 455 municípios dos três tipos, estavam 57% da população em 2000. Para distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que não poderiam ser considerados urbanos dos que se encontravam em situação ambivalente, o critério decisivo foi a densidade demográfica, por ser considerada a mais próxima de expressar as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas. Para definir o critério de corte, foram realizados vários testes estatísticos, até que se considerasse sólida a proposição de definir como de pequeno porte os municípios que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km², e de médio porte os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes. Com esse critério, considerou-se que 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios, não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural. E que o Brasil essencialmente rural seria formado por 80% dos municípios, nos quais residiam, em 2000, 30% dos habitantes (Veiga, 2004b).

Essa tipologia de municípios foi aperfeiçoada pelo autor em um trabalho posterior, desta vez baseado na hierarquia das microrregiões brasileiras. Nela, se considera que as 12 aglomerações metropolitanas afetam diretamente 22 microrregiões, que as 37 outras aglomerações afetam diretamente 41 microrregiões, e que os 77 centros urbanos estão localizados no interior de 75 microrregiões. Restariam, sem fortes referências urbanas, outras 420, isto é, de 75% das microrregiões.

Como o comportamento populacional do grupo formado por microrregiões que não têm centros urbanos, mas que têm mais de 80 habitantes por quilômetro quadrado é mais próximo do constatado para os anteriores, onde há centros urbanos e aglomerações, esses cinco tipos foram agrupados em três categorias: microrregiões com aglomeração (metropolitana ou não); microrregiões significativamente urbanizadas (com centro urbano ou com alta densidade populacional); e microrregiões rurais (sem aglomeração, sem centro urbano e com

baixa densidade populacional). A tabela 1 resume os resultados desse exercício, mostrando que o peso populacional relativo do Brasil rural estava, em 2010, em torno de 25%.

Tabela 1 – Evolução da População das Áreas Mínimas Comparáveis (IBGE) na década 2000-2010 ,segundo tipologia de áreas rurais e urbanas

| Classificação | AMCs | % no total de AMCs | População 2000 | % na população 2000 | População 2010 | % na população 2010 |
|-------------------------|--------------|--------------------|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------|
| Com aglomerações | 1.425 | 26,0% | 98.135.296 | 57,8% | 111.611.860 | 58,5% |
| Moderadas | 1.086 | 19,8% | 29.045.514 | 17,1% | 32.801.149 | 17,2% |
| Rurais | 2.968 | 54,2% | 42.618.360 | 25,1% | 46.342.790 | 24,3% |
| Total | 5.479 | 100,0% | 169.799.170 | 100,0% | 190.755.799 | 100,0% |

Fonte: Favareto&Barufi (2013) com base nos dados do Censo 2010 (IBGE)

Como se pode observar, quase 25% da população seria, segundo esta tipologia, considerada rural. Algo como uma vez e meia o que apontam as estatísticas oficiais. Mais, a redução nesse percentual no intervalo de uma década foi residual, inferior a um ponto percentual. E trata-se de uma redução em termos de participação relativa, pois em termos absolutos houve crescimento da população vivendo em regiões rurais no período. Em termos gerais, a divisão populacional nestes três espaços manteve-se praticamente estável. São dados que apontam para duas constatações importantes: o peso do rural no Brasil contemporâneo não é nada desprezível, e nada leva a crer que sua importância relativa diminuirá no horizonte de médio prazo; logo, qualquer estratégia de desenvolvimento para o Brasil precisa, necessariamente, levar em conta a especificidade destes espaços.

Os mesmos dados do Censo Demográfico revelam ainda outras informações importantes quando são analisadas, tanto a evolução do crescimento populacional por estratos de tamanho dos municípios, como a distribuição espacial deste crescimento populacional. Embora as diferenças sejam pequenas em termos de evolução percentual, os tipos de municípios que mais ganharam participação relativa na população total são as aglomerações urbanas não-metropolitanas e os municípios com mais de cem mil habitantes.

Ao contrário do que se viu em décadas anteriores e confirmando uma tendência já esboçada desde os anos noventa, as grandes metrópoles vêm perdendo a capacidade de atração populacional. Esse crescimento do que se

poderia chamar de cidades médias, ainda que de maneira um pouco imprecisa, pode ser um trunfo para a interiorização do desenvolvimento. Isto porque, nos marcos da mudança de vantagens comparativas das regiões rurais, tal como indicado na seção anterior, é fato que nem todas as localidades rurais têm as mesmas condições de experimentar um processo de desenvolvimento baseado em novas formas de uso social dos recursos naturais para além da produção de bens primários. A baixa densidade populacional, característica básica destes espaços, é um complicador para a diversificação econômica. O perfil demográfico e as características do tecido social, marcadamente das áreas rurais estagnadas ou daquelas que perdem população é outro: há uma fragilidade dos laços sociais externos, carência de oportunidades locais, baixa expectativa quanto às possibilidades de mobilidade social e de ampliação das interações. Distância de centros urbanos também pode se converter em desvantagem pelo aumento nos custos de informação e transporte.

Por isso, junto à ênfase nos atributos específicos destes territórios, a literatura disponível tem sublinhado igualmente a forma de inserção destas localidades no espaço extra-local (Jacobs, 1984; Veltz, 2003), ou, como preferem alguns autores, para a relação das regiões rurais com as cidades ou com outras partes do mundo. Nesta visão, é a economia da cidade que molda a economia das regiões rurais. E isto acontece pela exportação de produtos primários, pela atração de atividades de transformação, ou, como acontece de maneira crescente, como se destacou nas páginas anteriores, pela captação da renda de setores urbanos, como aposentados ou profissionais liberais, estes em busca de segunda residência, via atividades turísticas, ou mesmo sob a forma de transferências de renda via políticas sociais. O fato é que, quanto mais estreitas forem estas relações entre as regiões rurais e suas cidades, mais chance de prosperidade elas têm. Este crescimento destas cidades médias no interior do país pode favorecer enormemente esses vínculos.

O entendimento deste tipo de articulação territorial esteve na base dos esforços empreendidos anos antes, em um projeto de pesquisa patrocinado por organizações sindicais rurais (Projeto CUT/Contag, 1988). O intuito inicial era identificar a dispersão geográfica das formas familiares e patronais, a maior ou menor incidência de certos produtos agropecuários e, com isso, subsidiar minimamente a atuação destes organismos sindicais. Além da elaboração de uma

tipologia, os resultados levaram à formulação de uma hipótese bastante promissora e cujo centro está justamente nas articulações entre as formas de uso social dos recursos naturais (terra, água, florestas) e seu entorno: as melhores configurações territoriais encontradas eram aquelas que combinavam uma agricultura de base familiar forte com um entorno socioeconômico diversificado e dotado de infra-estrutura; um desenho que permitia aos espaços urbanos e rurais destas regiões, de um lado, abrigar o trabalho excedente que deixa a atividade agrícola e, de outro, inversamente, absorver nas unidades familiares o trabalho que é descartado nas cidades em decorrência do avanço tecnológico e do correspondente desemprego característico dos anos noventa.

A tipologia gerada com este estudo é apresentada como segue.

Tipo 1 - Situações regionais que tendem a articular um bom desempenho da agricultura familiar com um diversificado e flexível entorno sócio-econômico. Nesse caso, a gradual redução de necessidades de trabalho na agricultura tende a ser compensada pela criação local de oportunidades de trabalho não-agrícolas (tanto rurais quanto urbanas).

Tipo 2 - Situações regionais que tendem a combinar a afirmação de uma agricultura patronal com um entorno sócio-econômico absorvedor de mão-de-obra, isto é, gerador de oportunidades de trabalho não-agrícola (rurais e urbanas). Neste caso, uma franja periférica da agricultura sobrevive essencialmente mediante a venda de braços dentro e fora da agricultura.

Tipo 3 - Situações regionais que tendem a combinar o marasmo da agricultura (familiar ou patronal) a um entorno sócio-econômico incapaz de absorver os excedentes populacionais das áreas rurais.

Tipo 4 - Situações de esvaziamento populacional que tendem a combinar sistemas produtivos bem extensivos (em geral pecuária) com um entorno socioeconômico rígido e poupador de mão-de-obra.

Tipo 5 - Situações nas quais a ocupação territorial é tão recente e a precariedade ou insipiência do entorno sócio-econômico é tão grande que ainda não estão definidas as chances de viabilização de um dos quatro padrões anteriores

Tipo 6 - Situações de tanta fragilidade – dos ecossistemas e do entorno – que impedem a intensificação das práticas agrícolas, bloqueando ao mesmo tempo a geração de oportunidades de trabalho não-agrícola.

Esta pesquisa mostrou um campo novo de preocupações que viria a se delinear melhor, no Brasil, na virada para a primeira década do novo século: a necessidade de se entender as articulações entre formas de produção, características morfológicas dos tecidos sociais locais, e dinâmicas territoriais de desenvolvimento; ou, na mesma direção, as articulações entre os espaços considerados rurais e urbanos. Mais do que nas injunções setoriais, o que se sugeria é que nas dinâmicas territoriais – ainda sem usar esta denominação - é que se poderia encontrar as respostas para as causas do dinamismo e da incidência de bons indicadores de desenvolvimento.

No final da década passada outro programa de pesquisas buscou aprofundar o entendimento dos determinantes das dinâmicas territoriais de desenvolvimento em áreas predominantemente rurais: o Programa *Dinámicas Territoriales Rurales*, que vem sendo conduzido pelo Rimisp – Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural, em onze países da América Latina, analisando dezenove territórios de características rurais. No Brasil, três regiões foram objeto de estudo (Quan, 2010; Cerdan; 2010; Favareto & Abramovay, 2011). A síntese provisória deste programa de estudos (Berdegué et. al., 2010) indicava que os territórios onde houve, nos anos recentes, uma melhoria da renda, acompanhada de redução da pobreza e da desigualdade – aspectos insuficientes, mas importantes na retórica do desenvolvimento – era algo que se podia explicar pela presença de cinco dimensões críticas destes territórios: uma estrutura agrária e de acesso a recursos naturais desconcentrada, vínculos duradouros com mercados dinâmicos, uma estrutura produtiva diversificada e descentralizada, a presença de cidades médias no interior destes territórios e com as quais as áreas rurais mantêm relações de mútua dependência e complementaridade, tudo isso como condições para a ocorrência da última característica que é a existência de coalizões amplas de atores que valorizam os recursos do território e que buscam fazê-lo numa direção capaz de gerar maior coesão social e o acesso menos desigual aos resultados do dinamismo econômico ali experimentado. Uma vez mais, não são as áreas de modernas lavouras nem aquelas dotadas de melhor infraestrutura onde os indicadores têm evoluído de forma convergente e positiva.

Em Berdegué et. al. (2010) estes cinco elementos são apresentados em seu encadeamento, numa explicação na qual, mais do que destacar a presença isolada destes caracteres estruturais, se enfatiza o fato de que a história dos territórios

importa. Isto é, as diferentes performances dos territórios, mesmo quando estes são submetidos a um mesmo contexto e a um mesmo rol de tendências, como aquelas que vêm sendo destacadas aqui, é algo que depende da formação de ativos, das instituições e das características das coalizões dominantes atuando sobre aqueles cinco domínios críticos elencados, aspectos cujos contornos são o resultado de uma trajetória de muito longo prazo. Isto explica porque, tantas vezes, apesar de pesados esforços e investimentos, as mudanças são pouco significativas ou não se estabelecem de maneira duradoura em regiões mais pobres: tais esforços incidem sobre um terreno marcado pelo peso histórico de estruturas sociais sedimentadas há tempos e cuja inércia bloqueia os efeitos desejados.

Os resultados parciais do Programa *Dinámicas Territoriales Rurales* são cruciais porque permitem que se coloque ao menos um grão de sal na euforia com os resultados observados no Brasil da primeira década deste século. Como apontam importantes trabalhos (Néri, 2006; Paes de Barros, 2008), existe uma forte convergência entre os mais importantes economistas brasileiros de que o país experimentou, nesses últimos anos, um expressivo processo de redução da pobreza e da desigualdade. A literatura sobre o tema destaca também que tem havido um aumento da renda do trabalho. Contudo, é preciso lembrar que pouco se sabe até o momento sobre a manifestação espacial desses indicadores. Embora se trate de uma tendência geral, nos municípios brasileiros, a redução da pobreza e da desigualdade e o crescimento econômico, é muito provável que em algumas regiões isto se faça acompanhar de uma dinamização das economias locais, enquanto em muitas outras isso pode não estar ocorrendo. Ademais, estes indicadores não permitem inferir se as assimetrias entre as regiões rurais e urbanas estão efetivamente diminuindo.

Sob o ângulo das assimetrias, é verdade, como mostram Abramovay & Favareto (2009), que os indicadores de renda, pobreza monetária e desigualdade de renda vinham melhorando de maneira mais acelerada nas regiões rurais comparativamente às urbanas nos anos noventa. E também é verdade que houve uma significativa redução da pobreza monetária e da desigualdade de renda nas famílias rurais após 2003, como aponta recente estudo de Neri (2010). Mas outros estudos (Abramovay & Morello, 2010), mostram também que isso não se exprime necessariamente em outras formas decisivas de desigualdade. Por exemplo, o

acesso à educação básica se generalizou, mas há um abismo impressionante entre a qualidade da educação dos ricos e dos pobres que permanece inalterada. Metade dos domicílios brasileiros não tem acesso ao saneamento básico, o que conduz a doenças infantis que não deveriam existir no Século XXI num país com este grau de riqueza.

E especificamente sob o ângulo dos efeitos da redução da pobreza e da desigualdade de renda nas economias locais, de maneira exploratória o estudo de Favareto & Abramovay (2010) em uma região do Semiárido nordestino, o Cariri paraibano, mostra que, ao menos quando se considera a economia formal, a geração de novos empregos é pequena e se concentra no comércio e nos serviços, destacadamente nos setores de alimentação, eletrodomésticos e construção civil. Ora, estes produtos são, em geral, importados por estes territórios de outras regiões produtoras, portanto, embora exista um aquecimento do comércio local, isto não necessariamente repercute em modalidades de atividade econômica que permitam endogeneizar o impulso dado pela entrada de recursos. Não há dúvida de que a trajetória recente da região representa uma incontestável melhoria das condições de vida de suas populações. Mas é preocupante o fato de que, em simplesmente todos os municípios que a compõem a participação do setor público na formação do PIB era superior aos demais setores, ocupando o lugar que pertencera ao setor agropecuário nos anos setenta, agora francamente minoritário e em declínio. Mesmo quando as transferências vêm acompanhadas de outras políticas com impactos em atividades produtivas – no Cariri, esse é o caso do mercado de leite de cabra, impulsionado pelos programas de compras públicas – nota-se que o número de agricultores envolvidos é relativamente pequeno. A intenção de que estas atividades poderiam sinalizar um caminho promissor que viesse a ser reforçado por investimentos privados - e que por aí se pudesse ampliar o número de pessoas envolvidas e que se pudesse diversificar as atividades correlatas diminuindo o peso da especialização e seus riscos - simplesmente não se concretiza, tanto porque são frágeis as bases locais de investimento, como pelo fato de que a maioria dos agentes locais não vê problemas no fato de que a única atividade nova e que vem incrementando o número de famílias a participar do mercado dependa exclusivamente do Estado.

O que o caso do Cariri paraibano exemplifica é a dificuldade que muitas regiões rurais enfrentam em superar décadas, e às vezes séculos, de dependência e

de inserção externa. Ou seja, não é simples criar as condições destacadas por Berdegué et al. (2010): estão longe de ser maioria as regiões rurais brasileiras (e latinoamericanas) que têm entre suas características marcantes estruturas agrárias desconcentradas, vínculos com mercados dinâmicos, cidades médias, estruturas produtivas diversificadas e descentralizadas e coalizões dominantes amplas e que valorizem o território.

Claro que não há fatalismo nisso e que o exemplo dado aqui diz respeito a somente um dos tipos de regiões rurais existentes no Brasil. Como ressaltou o já citado relatório CUT/Contag (1998), há outras regiões rurais cuja tessitura econômica e social certamente resultam em outro tipo de performance quando nela chegam os recursos vindos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ou os recursos do Bolsa Família. E não se trata de fazer destas ponderações uma crítica às transferências de renda via políticas sociais. Como bem demonstra Davezies (2008), é muito provável que várias destas regiões continuem sendo objeto de maciças transferências, porque há, não só no Brasil ou em países pobres, mas em todos os países do capitalismo avançado, uma dissociação entre regiões de produção e regiões de consumo. Isto é, a produção tem sido cada vez mais concentrada e não seria razoável imaginar que a industrialização atingiria o conjunto de regiões interioranas. Mas outra coisa muito diferente é tomar esta dissociação como algo natural e incontornável. Muitas das regiões rurais mais pobres podem e devem aproveitar essa injeção de recursos para dinamizar suas economias locais, diminuindo sua dependência de transferências. Toda a questão, portanto, é saber como criar, nos territórios, condições mais favoráveis para que o novo contexto possa ser melhor aproveitado, diminuindo a dependência.

Em síntese, o que a apresentação das tipologias feita nas páginas anteriores sugere pode ser assim resumido:

- a. Tipologias não são neutras. A adoção de um ou outro critério ou variável para definir o que é rural e o que é urbano, ou distintos tipos de espaços rurais, acaba modificando significativamente as proporções destes espaços e, desta forma, legitimando ou esvaziando a importância de investimentos e esforços públicos e privados nessas áreas.
- b. Tipologias são sempre imperfeitas mas devem ser sempre aperfeiçoadas. Como se trata de construções conceituais e que se traduzem em definições

estatísticas, as tipologias de ruralidade serão sempre reducionistas, no sentido de reduzir a definição a algumas características fundamentais e, portanto, deixando outras à margem. Mas resta evidente que o conhecimento científico que se tem sobre o rural contemporâneo já permite um refinamento das leituras e das classificações sobre o que é o rural brasileiro. Não se trata de querer mudar a maneira como o IBGE faz esta classificação, o que é regido por definições legais. Mas de sensibilizar os tomadores de decisão e os gestores de políticas públicas quanto à necessidade de produzir estatísticas e classificações secundárias que sejam mais aderentes aos propósitos das políticas de Estado.

c. Tipologias de regiões rurais não devem opor o rural ao urbano como se estes fossem dois espaços antagônicos, nem devem ver o rural como mera extensão de uma urbanização imperfeita. Em vez disso as tipologias precisam captar as diferentes configurações do rural, em sua singularidade, e em sua relação com o urbano, uma vez que os processos sociais e econômicos destes dois domínios têm várias interpenetrações e múltiplos condicionamentos recíprocos.

d. A redefinição do que é o rural e sua expressão em tipologias comporta, assim, dois cortes fundamentais. Primeiro, é preciso separar, conceitualmente, o que é o rural e o que é o urbano, para em seguida pensar suas relações e interdependências. E isso é importante por duas razões: para delimitar quais são os espaços essencialmente rurais e que, no caso do Estado, demandam estratégias e investimentos especificamente voltados e orientados às suas características rurais. Segundo, é preciso pensar em como classificar as diferenças dentro deste universo de áreas rurais de forma a expressar essa sua heterogeneidade.

5.2. IDEIAS PARA NOVAS TIPOLOGIAS

A construção de uma tipologia tem sentido e se explica, na medida em que se constitua como uma chave de leitura, que englobe a grande diversidade e heterogeneidade dos espaços rurais aqui considerados, mas que, ao mesmo tempo, proponha as referências unitárias ou de síntese que as articulam.

Uma das condições para que esse exercício teórico e metodológico ofereça resultados consistentes é, sem dúvida, a identificação de patamares ou escalas, nos

quais a ruralidade se reproduz de forma concêntrica, assumindo, em cada caso, uma intensidade e um significado específico.

O primeiro desses patamares, como já indicado, refere-se ao espaço imediato de moradia da população rural, lugar por excelência da vida rural, onde estão instaladas as famílias e as comunidades, com suas instituições, práticas e valores constitutivos de suas vidas. Nesse nível, o que conforma as diversas experiências de ruralidade é a vitalidade social das comunidades locais, que pode ser percebida, através de dois feixes de variáveis: por um lado, os fatores de enraizamento – acesso aos recursos produtivos, patrimoniais e culturais, bem como as referências identitárias, de pertencimento comunitário; por outro lado, os fatores de integração - acesso a bens e serviços, dentro ou fora do espaço rural, que permitem superar o isolamento e produzir um sentimento de pertencimento, como cidadão, a esferas mais amplas, regionais e nacional.

Mais concretamente, a elaboração de uma tipologia, nesse nível, tem como eixos estruturantes duas variáveis de síntese, resultantes da dinâmica gerada pela concentração da terra e pelas centralidades urbanas em que está envolvido o meio rural, que afetam direta e intensamente os fatores de enraizamento e de integração antes enunciados. Numa abordagem preliminar e vista em termos abstratos, isto é, ainda sem comprovação empírica, seria possível distinguir as seguintes situações de ruralidade.

a. O rural empobrecido. A propriedade da terra é concentrada, sob a forma dos latifúndios tradicionais. Tem sua história ligada à agricultura extensiva, predatória, monocultora e voltada para a exportação. Reproduz no campo comunidades precárias e instáveis de trabalhadores-moradores sem terra. Em seu entorno, encontram-se poucos grupos de agricultores proprietários, com terra insuficiente, também frágeis e dependentes econômica e politicamente dos grandes proprietários. O grande processo de expulsão dos habitantes do campo e esvaziamento social do meio rural se efetuou nesse contexto. Esse tipo de propriedade não estimula o desenvolvimento urbano. As cidades exercem pouca influência dinâmica sobre o município: a produção é enviada diretamente ao mercado (outras cidades maiores, portos etc), prevalecendo pequenas cidades pouco urbanas. Observa-se uma atrofia da economia residencial ou uma reduzida capacidade de explorar suas potencialidades: pouca capacidade de consumo da população rural e fraco acesso a serviços urbanos. A oferta de empregos é muito

restrita, o que desestimula as possibilidades de pluriatividade das famílias de agricultores. A população do campo busca empregos fora da localidade, em áreas mais distantes, em geral, outras regiões: migrações definitivas ou temporárias. O tipo de empresa revela pouca capacidade de consumo, de bens de produção. Os empresários são, em grande parte absenteístas, mas mantêm o domínio político oligárquico sobre o poder local.

b. O rural socialmente vazio. Essa situação corresponde à propriedade concentrada da terra, onde prevalece o agronegócio modernizado. O meio rural se torna um espaço socialmente vazio: os trabalhadores assalariados não vivem no campo e é reduzido o número das comunidades de proprietários familiares, também afetadas pela concentração fundiária. A monocultura produz uma paisagem marcada pela monotonia. Apesar da modernização setorial, permanece o caráter oligárquico do domínio político. As cidades são aqui, em sua maior parte, centradas no agronegócio e a produção é, em geral, voltada para exportação e não para o mercado local, que é, assim, frágil. Esse tipo de espaço rural gera uma periferia urbana, frequentemente degradada, residência de trabalhadores rurais, migrantes em sua maioria. O desenvolvimento urbano é estimulado pela demanda por serviços especializados e pelo consumo empresarial.

c. O rural como espaço de vida e de trabalho. Nesse caso, a propriedade da terra não é concentrada (ou é menos concentrada), onde é possível florescer e se consolidar comunidades de proprietários. Essas comunidades estão na origem de um relativo dinamismo demográfico e social: são enraizadas no local, portadoras de uma memória longa do lugar, podem construir uma vida social local relativamente intensa e são capazes de formular projetos de futuro no local. As cidades são percebidas como espaços de acesso a bens e serviços para a população rural, que estimulam o exercício da pluriatividade. Ao mesmo tempo, o acesso às cidades pode ter como consequência o alargamento dos horizontes culturais para os habitantes do campo.

O segundo patamar da análise corresponde à tipologia de municípios, na qual é possível distinguir municípios rurais e urbanos, bem como as situações mais específicas no interior desses dois tipos gerais. O Brasil dispõe hoje, de excelentes estudos, nessa perspectiva, que muito podem contribuir para a concretização dos objetivos da presente pesquisa.

Os estudos de Veiga, já citados, ofereceram uma tipificação dos municípios distinguindo-os por tamanho, localização e densidade populacional. Naqueles trabalhos, a partir de testes estatísticos, foram considerados rurais os municípios que, simultaneamente, apresentavam população inferior a 50 mil habitantes, densidade populacional inferior a 80 habitantes por quilômetro quadrado, e localização fora das microrregiões marcadas por aglomerações metropolitanas ou grandes centros urbanos. Estes dois critérios foram tomados como *proxy* de ocorrência de relações de proximidade (número de habitantes) e de menos artificialização do espaço, com correspondente maior peso da natureza na paisagem (baixa densidade populacional).

Como já foi visto, a tipologia das microrregiões apresentadas por aquele autor distinguem três tipos de território: as microrregiões marcadas por aglomerações urbanas, chamadas de essencialmente urbanas; as microrregiões onde há a presença de ao menos um centro urbano com mais de cem mil habitantes, mas cercado por pequenos municípios e com baixa densidade demográfica, chamadas de intermediárias ou significativamente urbanas; e as microrregiões predominantemente rurais, formadas por pequenos municípios e com baixa densidade demográfica. Esta tipologia básica pode dar lugar a exercícios de complexificação, agregando e refinando critérios que expressem a heterogeneidade do rural. No que diz respeito à primeira destas categorias, é importante lembrar que, ainda que essencialmente urbanas, na escala microrregional, permanece existindo em seu interior formações locais tipicamente rurais, um rural intrametropolitano ou nas franjas e adjacências dos grandes centros urbanos. Estes espaços são tremendamente importantes: para as populações que ali vivem; porque em muitos casos formam aquilo que costumeiramente se chama de cinturão-verde dos centros urbanos, com importante papel no seu abastecimento, sobretudo de hortifrutigranjeiros; ou ainda porque neles se situam remanescentes de florestas ou áreas de influência na formação de bacias hidrográficas, portanto com repercussões para a paisagem, o lazer, a conservação dos recursos naturais locais.

E no que diz respeito à terceira das categorias, as microrregiões predominantemente rurais também guardam uma heterogeneidade que precisa ser revelada. Misturam-se aí regiões remotas, nas quais o acesso a serviços e a oportunidades de trabalho ainda são muito custosas para seus moradores, e regiões

localizadas nas proximidades de outras regiões mais urbanizadas e dotadas de infraestrutura física e de serviços. Ora, os tipos de políticas públicas para o desenvolvimento e a promoção da qualidade de vida nestes espaços diferem muito num e noutro caso. Outro tipo de distinção diz respeito à maior ou menor diversificação do tecido econômico. Em alguns casos, apesar das tendências recentes, a agricultura continua sendo o segmento que mais emprega mão-de-obra, enquanto em outros locais há um franco declínio que é em parte compensado pelos outros setores econômicos. Igualmente aqui estas duas realidades demandam estratégias de políticas bastante diferentes. Distinções deste tipo poderiam ser feitas a partir de vários eixos de abordagem: a infraestrutura, os serviços públicos, a incidência de pobreza, e assim sucessivamente.

O recorte microrregional tem o grande mérito de reconhecer a dimensão integral do mundo rural, em suas tramas sociais e espaciais, afirmando a sua distinção em relação ao mundo urbano, das grandes cidades. As microrregiões rurais se constituem, sem dúvida, como um espaço amplo e complexo. Por um lado, guardam uma forte conotação identitária que, como força de atração, aproxima os municípios e as comunidades rurais em torno de uma identidade compartilhada. Apenas para ilustrar: as referências às microrregiões do Pajeú ou de Petrolina, em Pernambuco, do Cariri, no Ceará, do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, do Jequitinhonha, em Minas Gerais, da Transamazônica, no Pará, ou do Vale do Ribeira, em São Paulo, não evocam simplesmente recortes administrativos, artificial e burocraticamente fixados. Antes, elas trazem à tona a densidade cultural específica, que as identificam como um espaço de vida particular, para além das diversidades internas.

A natureza rural dessas microrregiões se afirma, como foi dito, pela reiterada predominância das relações com a natureza e do caráter, também predominante, do pequeno grupo social, expresso na reduzida dimensão da população e da densidade demográfica. Contudo, em razão da existência no seu interior de cidades, de portes variáveis, as microrregiões assumem funções específicas, no mundo rural. A exemplo das sedes municipais, esses centros urbanos funcionam como polos de atração sobre o conjunto regional, e como mediadores, num plano superior, entre o mundo rural, do qual fazem parte, e o mais amplo sistema de cidades.

Para a população do campo, em especial, as microrregiões correspondem aos recortes largos dos seus espaços de circulação, onde, em grande maioria, tem acesso a oportunidades de emprego e aos bens e serviços essenciais à sua vida e ao seu trabalho. Nesse sentido, confundem-se, efetivamente, com os recortes mais amplos do próprio mundo rural.

Associação de municípios, a microrregião é o lugar por excelência, do planejamento do desenvolvimento rural. Pode-se aí somar as vantagens municipais, dotando-as de uma dimensão mais ampla e de uma maior capacidade competitiva, ao mesmo tempo que tentar contornar a direta subordinação dos projetos de desenvolvimento aos interesses conservadores do poder local municipal.

CONCLUSÕES – TRÊS PROPOSTAS PARA O RURAL BRASILEIRO

Boa parte dos estudiosos, bem como dos formuladores das políticas públicas apontam para a emergência de um novo contexto político-social no meio rural brasileiro. Trata-se, naturalmente, de um processo, que se desenrola aos nossos olhos e que aponta para a busca da superação do que estamos chamando nesse texto o “antigo regime” e a conseqüente progressiva constituição de novas relações de vida e de trabalho, que impõe ao Estado e à sociedade o apoio e o reconhecimento.

Nesse sentido, algo novo na nova ruralidade é a ruptura com o discurso hegemônico e a afirmação de uma nova concepção do desenvolvimento rural. O fundamento político-ideológico do primeiro, como foi visto, consiste na associação entre o progresso e a propriedade concentrada da terra; a afirmação da empresa rural – categoria ambígua e imprecisa, consagrada no Estatuto da Terra – como modelo único de desenvolvimento agrário e a desqualificação das demais formas de propriedade e de produção, facilmente descartadas, na medida mesma em que seus detentores são percebidos apenas como mão-de-obra à disposição, na quantidade e na forma impostas pela grande propriedade. Formulada nos termos da modernização da agricultura, essa concepção tem, necessariamente, um enfoque setorial, que privilegia as relações de subordinação da agricultura aos setores dominantes do processo de acumulação, especialmente, a indústria. Não há lugar, nessa perspectiva do desenvolvimento, para uma preocupação mais sistemática com a melhoria das condições de vida e de trabalho da população que vive no campo, já que a pobreza, a expulsão da terra e o êxodo rural se tornam mecanismos de reprodução desse mesmo modelo. Da mesma forma, a visão setorial pouco se interessa pelo espaço rural, enquanto lugar de vida e de trabalho de uma parcela significativa de brasileiros. Não é sem razão, que o tema do mundo rural e suas relações com as cidades, perdera importância, no debate acadêmico, como no campo das políticas públicas, na mesma proporção em que se consolidava a modernização da agricultura.

A nova concepção de desenvolvimento rural se opõe a essa visão tradicional e dominante. Ela foi gestada e consolidada graças ao ambiente de democratização da sociedade, que se implantou, com o fim dos governos militares e, sobretudo,

com a promulgação da Constituição de 1988, que fortaleceu as organizações sociais rurais, favoreceu o debate crítico sobre o modelo dominante e estimulou a criação de espaços de cooperação entre intelectuais, instâncias governamentais e movimentos sociais.

Essa nova concepção se assenta em dois pressupostos: por um lado, o reconhecimento da existência de uma população rural, numericamente importante e sociologicamente diversificada, que expressa uma forte demanda por um enraizamento em seus lugares de vida e de trabalho; por outro lado, a afirmação de que essa população foi historicamente excluída do processo de desenvolvimento acima descrito, do que resulta a dimensão da pobreza rural e a fragilidade das condições do exercício das outras formas de agricultura; essa população, que se organiza social e politicamente, expressa uma demanda pelo acesso ao exercício pleno da cidadania e ao reconhecimento de sua diversidade e as particularidades de seus modos de viver e trabalhar.

Esses pressupostos se traduzem em princípios gerais, que, por sua vez, fundamentam os principais objetivos das novas propostas de desenvolvimento rural. Em primeiro lugar, a afirmação de que o desenvolvimento não se confunde, nem se esgota no crescimento econômico, sendo necessário superar seus efeitos funestos, em termos de pobreza e exclusão social. Trata-se, portanto, da defesa de um modelo que tenha como foco central a superação da pobreza por uma distribuição mais equitativa da renda. Em segundo lugar, o reconhecimento da dimensão rural inerente ao processo geral de desenvolvimento da sociedade, o qual não significa a superação do “rural”, mas a reiteração de suas qualidades e potencialidades, decorrentes da vitalidade econômica e social de sua população. O foco, aqui, está centrado na identificação e valorização dos espaços de vida e de trabalho da população rural e na construção dos mecanismos de troca solidária entre o campo e a cidade. Em terceiro lugar, o reconhecimento da diversidade social da população que vive nas áreas rurais brasileiras e de suas formas de produção e trabalho, de natureza comunitária e/ou familiar, responsáveis pela vitalidade social dos espaços rurais. Nesse caso, o objetivo consiste na consolidação de um feixe multiforme de intervenções públicas, de forma a valorizar as potencialidades de todos os sujeitos do campo. Finalmente, em quarto lugar, a afirmação da cidadania do homem do campo, que se expressa enquanto

acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade brasileira e colocados à disposição de todos os brasileiros.

A adesão a essa concepção de desenvolvimento rural toma corpo no Brasil, a partir, especialmente, dos anos 1990. Mais do que apontar suas implicações para as políticas públicas, é necessário considerar que o Estado, no Brasil, através de diversas instâncias, tem sido, nas últimas décadas, um dos principais protagonistas da construção dessa nova ruralidade.

No nível jurídico-institucional, o ponto central é a Constituição de 1988 que, além da afirmação dos princípios gerais, democráticos e republicanos, considerou, de modo particular, a diversidade dos sujeitos de direito que vivem nas áreas rurais. À Constituição, acrescenta-se o corpus legislativo subsequente, que assentou as bases jurídicas para a criação de novas institucionalidades, a começar pela própria criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Foi possível, a partir de então, traduzir no campo mais imediato das políticas públicas, duas dimensões centrais do desenvolvimento rural: social e espacial.

No primeiro caso, o carro-chefe foi, sem dúvida, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Seu principal impacto se situou, inicialmente, no plano propriamente político, pela legitimação da agricultura familiar como uma forma de produção apta a gerar progresso social, pela sua capacidade de ofertar um excedente produtivo, sobretudo, no setor da produção de alimentos, de absorver um número de trabalhadores superior às formas patronais, com menor risco ambiental e de se constituir como um dos fatores de dinamização das áreas rurais. Com o aperfeiçoamento dos seus instrumentos de intervenção, o Pronaf é hoje, indiscutivelmente, um dos responsáveis pela redução dos níveis de pobreza no campo e de consolidação de uma economia local centrada na atividade agrícola de base familiar. As políticas sociais de transferência de renda, particularmente, a chamada aposentadoria rural e o Bolsa Família complementam o aporte de recursos canalizados para a população rural, com consequências positivas no sentido da melhoria de sua qualidade de vida.

No que se refere ao enfoque espacial, as políticas públicas voltadas para o meio rural têm consagrado a perspectiva territorial. Superando a estreita visão do crescimento setorial, essa perspectiva territorial tem como objetivo, precisamente, o comprometimento dos atores sociais na gestão participativa da descoberta e

valorização das potencialidades locais, bem como da garantia do acesso aos bens e serviços indispensáveis pelo conjunto da população.

As dimensões social e territorial são convergentes: o agricultor familiar é, em todos os sentidos, um agricultor territorial e as políticas a ele direcionadas não se confundem com as políticas setoriais. Pela sua própria natureza, o modo de funcionamento da agricultura familiar faz dela um elemento integrado ao território. Esse novo ambiente também constitui o substrato da nova ruralidade no Brasil. Naturalmente, a concentração da terra, a força econômica e política do agronegócio e o controle do poder local nos moldes arcaicos permanecem como elementos dominantes no meio rural, capturando, inclusive, parte expressiva das próprias instituições estatais e seus recursos. É evidente também, como foi dito nas seções anteriores, que é preciso melhorar a capacidade de integração destas políticas sociais e favoráveis à agricultura familiar com todo um outro campo de políticas e de investimentos necessários à vitalidade e à melhoria das condições econômicas e sociais das áreas rurais. Assim sendo, a nova ruralidade não é uma realidade acabada, mas, um processo, em construção, cujos contornos resultam e resultarão da relação que polariza, tanto no plano local, quanto no conjunto da sociedade, os representantes das distintas concepções de desenvolvimento rural.

Justamente por isso ainda há ainda um grande espaço institucional que deve ser objeto de esforços de suas naturezas: aprimorando estes instrumentos de políticas e sua integração com outros já existentes, e criando novos dispositivos institucionais capazes de reforçar um caminho de desenvolvimento rural com maior coesão social e formas menos agressivas de relação entre a sociedade brasileira e sua base de recursos naturais.

Desta maneira, não é surpreendente que venha à tona, nesse contexto, o debate sobre a ruralidade. Aprofundado nos meios acadêmicos, esse tema perpassa, hoje, todos os grupos que estão, de alguma forma, comprometidos com o desenvolvimento rural e nos leva a refletir sobre suas implicações políticas.

Concluimos essas reflexões sobre a ruralidade brasileira, formulando três propostas, que permitem reconhecer e consolidar o mundo rural.

a. Um pacto pela paridade entre as regiões rurais e urbanas no Brasil.

Por tudo aquilo que se disse até aqui, seria altamente desejável que as políticas para o combate a pobreza e a promoção do desenvolvimento rural no Brasil conformassem uma nova agenda. Não se trata de promover inovações

meramente incrementais, mas de selar um conjunto de acordos no desenho e implementação de políticas que seja capaz de expressar uma mudança institucional compatível com o momento atual da evolução entre os espaços rurais e urbanos.

O futuro do país depende da solução que será encontrada para o Brasil rural, seja pelo fato de que as regiões rurais ocupam a maior área do espaço brasileiro e justamente onde se encontram os ecossistemas mais sensíveis, seja pelo fato de que aproximadamente um terço da população brasileira vive nas regiões com estas características.

Embora no último período tenha ocorrido uma redução da desigualdade e da pobreza, a assimetria entre regiões rurais e urbanas ainda é enorme. Exatamente por isso, a tendência generalizada de êxodo rural vem sendo gradativamente substituída por uma dinâmica demográfica heterogênea: algumas regiões continuam expulsando pessoas, enquanto outras passam a atrair população. As regiões que continuam perdendo população são justamente aquelas mais distantes de centros urbanos, aquelas cujos habitantes para ter acesso a bens e equipamentos sociais básicos precisam migrar.

Já é tempo de se fazer um pacto, na sociedade brasileira, em torno da paridade entre as regiões rurais e as regiões urbanas. A ideia central aqui é que um cidadão tenha garantido o direito a certos bens e serviços, independente de viver no rural ou no urbano. É evidente que determinados bens e serviços, como serviços de saúde de alta complexidade, por exemplo, não podem ser instalados em todo o país e em áreas remotas ou de muito baixa densidade populacional. Não é disso que se trata. Trata-se de estabelecer uma meta para que seja possível garantir às regiões rurais o acesso à educação em qualidade similar àquela encontrada na média das regiões urbanas, o acesso à saúde básica e com grau intermediário de complexidade, a oportunidades de trabalho e renda, a conectividade física e virtual. E com base nesse pacto, orientar a alocação de recursos para, progressivamente, atingir metas nesse sentido.

Hoje simplesmente não há planejamento de longo prazo. E pior, as regiões rurais são preteridas em muitos investimentos pela concentração nas áreas densamente povoadas, as grandes metrópoles. Exemplo disso pode ser encontrado no Ministério das Cidades, que deveria se chamar ministério das metrópoles, pela

absoluta ausência de estratégias para as pequenas cidades que compõem o universo das regiões rurais.

Um pacto pela paridade entre as regiões rurais e urbanas – que, repita-se, não envolveria obviamente todos os indicadores, mas sim aqueles que traduzissem a ideia de que se pode ser cidadão igualmente nos dois espaços – seria, assim, um instrumento simbólico e normativo.

b. Um Estatuto do Rural ou uma Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Com base no pacto pela paridade entre as regiões rurais e urbanas o país deveria criar um Estatuto do Meio Rural Brasileiro ou uma Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável - LDRS. Não somente para figurar como mais um estatuto ou mais uma lei, mas sim para consolidar alguns elementos fundamentais necessários a garantir continuidade e cumulatividade nas políticas e investimentos públicos.

Um Estatuto ou Lei deveria, em primeiro lugar, transformar o pacto pela paridade em um compromisso público, a ser atingido num determinado horizonte de tempo e com metas progressivas. Deveria, em segundo lugar, mudar a definição do que é o rural no Brasil, passando da definição residual atual para uma definição mais substantiva, estabelecendo que unidade de planejamento é essa e quais são as competências ministeriais que precisam ser mobilizadas para organizar os investimentos públicos necessários ao seu desenvolvimento sustentável. E, finalmente, um Estatuto ou Lei deveria definir o que cabe ao governo federal, aos estados e aos municípios, já que hoje qualquer um desses três níveis de governo pode fazer qualquer tipo de investimento, sem que haja complementaridade ou subsidiaridade entre os entes federativos.

c. Uma Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

O Estatuto do Meio Rural Brasileiro ou a Lei do Desenvolvimento Rural Sustentável deveria se desdobrar num instrumento mais operativo. Mas uma Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – PNDRS, não poderia se somente uma declaração de diretrizes e intenções. Ela precisaria se estruturar em quatro eixos, condizentes com o conteúdo da abordagem territorial do desenvolvimento rural.

O primeiro eixo é o fortalecimento da produção agropecuária. Apesar de sua tendência declinante na ocupação de trabalho e na formação das rendas das

famílias, é claro que a produção agropecuária continuará a ter importância nestas regiões rurais. Por isso, continuar com os esforços que vem sendo feitos, por exemplo, através do Pronaf, é um vetor importante para o desenvolvimento rural e deveriam ser intensificados os esforços em alterar a estrutura fundiária.

O segundo eixo é a promoção da qualidade de vida nas regiões rurais. O rural não é só espaço de produção. Para que estas regiões não se transformem em vazios demográficos é fundamental prover serviços e equipamentos sociais ou infraestruturas capazes de ampliar as oportunidades das pessoas, suas liberdades como diria Amartya Sen, ali onde elas vivem.

O terceiro eixo é a inserção competitiva com diversificação das economias regionais, explorando suas novas vantagens comparativas. As mudanças demográficas e econômicas têm levado a uma tendência de diversificação das economias rurais. Isto é importante porque permite a estas regiões compensar a perda de postos de trabalho na atividade agrícola. Estimular essa diversificação e orientá-la na direção de aproveitar novos mercados ou de promover novas formas de uso social dos recursos naturais é crucial para um futuro sustentável. Para isso três vetores precisam ser operados: desconcentração da atividade econômica com a criação de lugares intermediários capazes de gerar novas formas de inserção dessas regiões rurais ou interioranas; a conexão entre áreas dinâmicas e as de dinamismo embrionário; e a valorização daquilo que se poderia chamar de “economia da nova ruralidade”.

O quarto eixo é aquilo que Ignacy Sachs chamaria de discriminação positiva e participação social. A isso se deveria acrescentar outra palavra-chave: a diversificação dos atores envolvidos na gestão social do desenvolvimento. O que se precisa fazer é criar instrumentos mais sofisticados que permitam, a um só tempo, mobilizar o conjunto das forças vivas dos territórios, e diminuir a assimetria de poder na influência sobre os rumos do desenvolvimento regional e sua gestão.

Tudo isso demanda uma forte mudança nas formas de planejamento. O formato de dotação de recursos fixos para cada território, financiando projetos pouco inovadores e com baixa escala, precisa dar lugar à adoção de uma tipologia de regiões rurais e a definição de instrumentos e formas de apoio condizentes com cada situação: há lugares que já tem uma boa articulação e lhes falta construir um horizonte de futuro, há outros em que é preciso formar capital social e

conhecimento sobre a realidade local, e há outros ainda que já contam com importantes iniciativas que precisam ser fortalecidas.

Vencer o antigo regime não é anular o mundo rural, mas, reconhecer a existência dos que fazem efetivamente do mundo rural um lugar de vida e de trabalho. Isso implica em reconhecer sua vitalidade social, no plano local, em estimular sua capacidade de integração à pirâmide urbana de forma interdependente e solidária e em reforçar sua presença política nos espaços de poder. A condição essencial para essa integração consiste na garantia do acesso à terra. A constituição de comunidades de proprietários é a única forma que permite assegurar a permanência estável da população do campo.

A ruralidade contemporânea não supõe a impensável restauração de uma qualquer “civilização agrária”, mas a afirmação do lugar do rural na sociedade urbana e industrial, cujos fundamentos seriam os seguintes:

1. A reafirmação do rural como uma categoria analítica pertinente, para a compreensão das rupturas e continuidades espaciais e da diversidade social presentes na sociedade brasileira.

2. A reafirmação do rural como valor da sociedade, entendendo-o como uma forma específica de vida social, caracterizada pela predominância da natureza e das relações de interconhecimento.

3. O reconhecimento de que os diversos grupos sociais que vivem no campo não são apenas o “curral eleitoral” das elites latifundiárias, mais ou menos modernizadas, mas que tem projetos próprios, que dizem respeito à sua plena inserção na sociedade republicana e democrática.

A não ruptura com o que Florestan Fernandes denominou “antigo regime”, através da reprodução da concentração fundiária, continua a formatar o mundo rural. O que está em questão é, portanto, muito menos a influência urbano-industrial sobre o mundo rural, compreendida de forma abstrata, mas, sobretudo, as implicações para a população que nele habita, dos processos de transformação da sociedade brasileira, tal como eles foram concretamente realizados.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre, UFRGS, 2003 a, pp. 17-56.

ABRAMOVAY, Ricardo. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In: ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre, UFRGS, 2003 b, pp. 101-123.

ABRAMOVAY, Ricardo & FAVARETO, Arilson. Contrastes territoriais nos indicadores de renda, pobreza monetária e desigualdade no Brasil da década de 1990. *Ruris*. V. 4. n. 1. PP.39-84.

ABRAMOVAY, Ricardo; MORELLO, Thiago F. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. *Paper* apresentado na International Conference Dynamics of Rural Transformation in Emerging Economies. Nova Délhi. 2010.

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil. IN CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) *Brasil. Questões atuais da reorganização do Território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 145-184.

ALMEIDA, Ângela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de. (Orgs.) *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro, FAPERJ, Mauad, 2001.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *Ruris, Revista do Centro de Estudos Rurais IFCH-UNICAMP*, v. 1, n.2, set. 2007, p. 157-186.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões; entre a história e a memória*. Bauru, SP, Edusa, 2000. Coleção História.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial. *Terra Livre*, nº 10, 1994, pp. 23-78. Geografia, Espaço e Memória. Disponível: www.agb.org.br .

BAIROCH, Paul. “Cinq milénaires de croissance urbaine”. In: SACHS, Ignacy (org.). *Quelles Villes pour quel developpement*. Paris, Ed. Seuil. 1992

BERDEGUÉ, Julio et. al. *Territorios en movimiento – dinámicas territoriales rurales en America Latina*. Consultado em www.rimisp.org.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti; SANTOS, Sergio Roberto Lordello dos; NALCACER, Fernando Cavalcanti. *Redefinição do conceito de urbano e rural*. Curitiba, IPARDES, 1983. Disponível: www.ipardes.gov.br/biblioteca.

BITOUN, Jan. La permanence du maillage administratif brésilien face aux politiques nationales de décentralisation et d'inclusion sociale. In ROSIÈRE, Stéphane et alii. *Penser l'espace politique*. Paris, Ellipses, 2010, pp. 162-178.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1995). *A partilha da vida*. São Paulo, GEIC/Cabral.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do Bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da Serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas, UNICAMP, 1999. (Pesquisas).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Revista RURIS*, Campinas, Unicamp/IFCH, vol. 1, n} 1, 2007.

BRASIL. Decreto Lei 311, de 2 de março de 1938.

BRASIL. Lei 5172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo. Martins Fontes. 1975/1995.

BRAUDEL, Fernand. *La dynamique du capitalisme*. Paris, Flammarion. 1985.

BRAUDEL, Fernand. *L'identité de la France*. 1. Espace et histoire; 2. Les hommes et les choses. Paris, Flammarion, 1990.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964. Coleção Documentos Brasileiros, 118.

CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. *Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*. Brasília, EMBRAPA, 2003.

CARNEIRO, Maria José. MALUF, Renato S. (Orgs). *Para além da produção; multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro, Mauad, 2003.

CASTRO, Christovam Leite. A sistemática da divisão territorial do País. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, ano 2, nº 24, 1945, p. 3.

CERDAN, Claire. *Desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina*. Série Documentos de Trabajo, n. 87. Rimisp. Santiago do Chile. 2010

CLOCK, Paul. Conceptualizing rurality. In: CLOCK, Paul; MARSDEN, Terry; MOONEY, Patrick H. *Handbook of rural studies*. Londres, SAGE, 2006.

DAVEZIES, Laurent. Développement local: Le déménagement des Français: La dissociation des lieux de production et de consommation. *Futuribles*, n. 245, p. 43-56. 2008.

DESSFONTAINNES, Pierre. Rapports fonctionnels entre les agglomérations urbaines et rurales ; um exemple en pays de colonisation, le Brésil. *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie*. Amsterdam, 1938. Acesso: [www.books.google.com.br/revue des deux mondes](http://www.books.google.com.br/revue%20des%20deux%20mondes). Em 16.04.2012.

DESSFONTAINNES, Pierre. Como se constituem as cidades no Brasil – I e II. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, ano 2, nº 14, pp.141-148 e nº 15, pp. 299-308, 1944

ECHEVERRIA, Thais Martins.(1993). *Caipiras e samurais modernos na microbacia do Rio Cachoeira*. Campinas, UNICAMP. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.

FAISSOL, Esperidião. *O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro, IBGE, 1994.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre, Globo; São Paulo, Universidade de São Paulo, 1975, 2 v.

FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo, Fapesp/Edusp, 2007.

FAVARETO, Arilson. La nueva ruralidad brasileña - lo que cambió (y lo que no cambió) en el ámbito rural. *Nueva Sociedad* n. 223, pp. 146-163.

FAVARETO, Arilson. *Evolução das relações rural-urbano no Brasil; dinâmicas demográficas e análise comparada em perspectiva histórica*. Brasília, IICA, 2010. Disponível: www.iica.int .

FAVARETO, Arilson. ABRAMOVAY, Ricardo. *O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos 1990*. Rimisp, Programa Dinâmicas Territoriales Rurales. 2009. Acesso: www.rimisp.org .

FAVARETO, Arilson et al.; ABRAMOVAY, Ricardo. *Desenvolvimento territorial em uma região do Semi-árido do Nordeste brasileiro – para além das transferências de renda*. Série Documentos de Trabajo n. 83. Rimisp. Santiago do Chile. 2009.

FAVARETO, Arilson; SEIFER, Paulo. As diferentes formas de definir o rural brasileiro e algumas tendências recentes – implicações para políticas de desenvolvimento e combate à pobreza, IN: IICA. *A nova cara da pobreza rural- desafios para as políticas públicas*. Brasília, 2012. Série Desenvolvimento Rural sustentável, 16, pp. 55 – 105.

FAVARETO, Arilson; BARUFI, Ana Maria B. Coesão territorial para o desenvolvimento – análise preliminar de dados para o Brasil no período 2000-2010. Relatório de Pesquisa. Cebrap/UFABC/Rimisp.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo, Nacional, 1963. (Biblioteca Universitária, Série 2ª, Ciências Sociais, 12)

FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e sociedade*. São Paulo, USP, 1975.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil; aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 4ª Ed. rev. São Paulo, Global, 2008. (Primeira Edição, 1960)

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; JEAN, Bruno; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Regards croisés sur les ruralités contemporaines au Québec et au Brésil. In: RAMIARANTSOA, Hervé Rakoto; THIBAUD, Bénédicte; PEYRUSAUBES, Daniel (Coord.) *Ruralités Nords-Suds: inégalités, conflits, innovations*. Paris, L'Harmattan, 2008, pp. 341-348.

FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rey; espaço e poder nas minas setecentistas*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2011

FUKUI, Lia G. (1979). *Sertão e bairro rural; parentesco e família entre sitiantes tradicionais*. S. Paulo, Atica.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Cia. Editora Nacional, 7ª. Ed. 1967.

FURTADO, Celso. *Análise do "modelo" brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. (Perspectivas do Homem. Série Economia, 92).

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Marco Zero, 1990. (Pensamento Antropológico).

GIRARDI, Eduardo. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. Tese de Doutorado. Unesp, Presidente Prudente. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera/atlas 2008

GODOI, Emilia Pietrafesa de. (1999). *O trabalho da memória; cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, UNICAMP.

HARRIS, Marvin. (1956). *Town and country in Brasil; a socio-anthropological study of a small Brazilian town*. New York, Northon & Company, 1956.

HERVIEU, Bertrand. *Les champs du futur*. Paris, Julliard, 1993.

HISTÓRIA Social do Campesinato, Brasília, MDA, São Paulo, Unesp, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IBGE. *Censo demográfico de 2010*. Acesso: www.ibge.gov.br.

IPEA/IBGE/Unicamp-Nesur. *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil*. Campinas: Ed. Da Unicamp (1999/2002).

JACOBS, 1984. *Cities and the wealth of nations*. London: Penguin Books.

JEAN, Bruno. *Territoires d'avenir; pour une sociologie de la ruralité*. Québec, PUQ, 1997, pp. 7-35.

JOLLIVET, Marcel (dir.). *Vers um rural postindustrial; rural et environnement dans huit pays européens*. Paris, L'Harmattan, 1997.

JOLLIVET, Marcel. *Pour une science sociale à travers champs; paysannerie, ruralité, capitalism (France XXe siècle)*. Paris, Arguments, 2001.

KAGEYAMA, Angela A. *Desenvolvimento rural; conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

KAISER, Bernard. *La renaissance rurale; sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris, Armand Colin, 1990.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-ômega, 1975. (1ª edição em 1949)

LOBATO, Monteiro. (1959). *Cidades mortas*. S. Paulo, Brasiliense. (Obras completas, 1a. série, v. 2)

LOPES Juarez Rubens Brandão. (1978). *Desenvolvimento e mudança social; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. 4 ed. São Paulo, Nacional.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo - Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979. 157p. (Brasil Ontem e Hoje, 6).

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação & violência; a questão política no campo*. 2ª ed. São Paulo, HUCITEC, 1982.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão - O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis, Vozes, 1986 a.

MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo, Hucitec, 1986 b.

- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite; emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo, Hucitec, 1989.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso - Ensaio de Sociologia da história lenta*. São Paulo, Hucitec, 1994. Coleção Ciências Sociais, 34.
- MARTINS, José de Souza. (coord) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003a, (Série Estudos Rurais). (2ª Edição em 2009).
- MENDRAS, Henri. Un schéma d'analyse de la paysannerie française. IN: JOLLIVET, Marcel. (dir). *Sociétés paysannes ou lutte de classes au village*. Paris, A. Colin, 1974. p. 11-38.
- MONBEIG, Pierre. Evolução dos gêneros de vida rural tradicional no Sudoeste do Brasil. In _____. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo, Difel, 1957, pp. 192-202.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec-Polis, 1984. Coleção Geografia. Teoria e Realidade.
- MORA, Olivier; HEURGON, Edith; GAUVRIT, Lisa. Évolution des ruralités; tendances Lourdes et signaux faibles. In: NORA, Olivier (Coord.) *Les nouvelles ruralités à l'horizon 2030; des relations villes-campagnes en émergence?* Versailles, Quae, 2008, p.p. 37-48.
- MORMONT, Marc. Belgique. À la recherche des spécificités rurales. In: JOLLIVET, Marcel (dir.). *Vers um rural postindustrial; rural et environnement dans huit pays européens*. Paris, L'Harmattan, 1997, p.p. 17-44.
- MULLER, Nícia L. *Sítios e sitiante no Estado de São Paulo*. S. Paulo, Universidade de São Paulo, FFCL, 1951. (Boletim 132, Geografia, 7).
- NERI, Marcelo. Pobreza e políticas sociais na década da redução de desigualdades. *Nueva Sociedad*, vol. 1. p. 53-75. 2006
- PAES DE BARROS, Ricardo. Consequências e causas imediatas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. *Parcerias Estratégicas*. Brasília, v. 22. P. 89-116. 2006.
- PAULO, Maria de Assunção Lima de. *Juventude rural; suas construções identitárias*. Recife, UFPE, 2011. Coleção Teses e Dissertações, 74.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 2006.
- PROJETO CUT/CONTAG. *Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil*. São Paulo/Brasília. 1988

QUAN, Julian. *Territorial diversity and inclusive growth: development dynamics in the Jiquiriçá Valley, Northeast Brazil*. Documentos de Trabajo, n. 72. 2010

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro; ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1973 a. (Estudos Brasileiros, 3)

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas - Dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1973 b.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. IN FAUSTO, Boris (coord.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano. 1º vol. Estrutura de poder e economia. São Paulo, Difel, 1975, pp. 154-190.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. 2 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil; (ensaios)*. S.Paulo, Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978.

RISÉRIO, Antônio. *A cidade no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 2012.

RIVIÈRE D'ARC, Hélène. Relations ville-campagne: l'espace rural amazonien vu de Belém. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, n°11, 1990.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil, entre troca mercantil e reciprocidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SABOURIN, Eric. *Sociedades e organizações camponesas; uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre, UFRGS, 2011.

SACHS, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia – Teoria e prática do desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Cortez Ed. 2006.

SCHNEIDER, Sergio. As atividades rurais não-agrícolas. *Cuadernos de Desarrollo Rural*. Bogotá, Colômbia, 1, 44, 2000. Acesso: www.ufrgs.br/pgdr/arquivos.

SCHNEIDER, Sergio. *A pluratividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, (Série Estudos Rurais).

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro* 2ª ed. revista. Campinas, Unicamp, Instituto de Economia, 1999. Coleção Pesquisas 1.

SILVA, José Graziano da. BELIK, Walter, TAKAGI, Maya. *Projeto Fome Zero – Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil*. São Paulo, Instituto da Cidadania, 2001.

SILVA, José Graziado da; CAMPANHOLA, Clayton. Coords. *O novo rural brasileiro – uma análise nacional e regional*. Embrapa/IE-Unicamp. Jaguariúna/Campinas. 2005

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras – A conquista do sertão pernambucano pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife, CEPE, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século - Experiência e memória*. São Paulo, Unesp, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A morte ronda os canaviais paulistas. *Reforma Agrária, Revista da ABRA*, Campinas, vol. 33, nº 2, 2006, pp. 111-41.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. “Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J.S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo. Hucitec. 1986.

TONNNEAU, Jean Philippe. SABOURIN, Eric (orgs.) *Agricultura familiar; interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*. Porto Alegre, UFRGS, 2007, Série Estudos Rurais.

Veiga, José Eli da. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília, NEAD, 2001. Série Textos para Discussão n. 1.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias - O Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo, Autores Associados, 2002.

VEIGA, José Eli. Destinos da ruralidade no processo da globalização. *Estudos Avançados*. N. 51. P. 51-67. 2004-a.

VEIGA, José Eli. A dimensão rural do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*. N. 22. 2004-b.

VELTZ, Pierre. *Des lieux et des liens*. Paris: Ed. de l’Aube. 2003

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XI, nº 2, 1949, pp. 3- 60.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. LOURENÇO, Fernando Antonio. O agricultor e a vida local. IN: LAMARCHE, Hugues (coord). *Agricultura familiar; 2. do mito à realidade*. Campinas, Unicamp, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas; o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, (15): 69-129, out. 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Regards sur le «rural» brésilien. IN: ZANONI, Magda. FERREIRA, Angela D.D. (org). *Pour penser une autre agriculture*. Paris, Karthala, 2001. p.29-62.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Territorialidade e ruralidade no Nordeste; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. Brasília, EMBRAPA, 2002. p. 39-52.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Morar e trabalhar; o ideal camponês dos assentados de Pitanga. (estudo de caso no Nordeste). IN: MARTINS, José de Souza (coord.) *Travessias; a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre, UFRGS, 2003, p. 203-246.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre o “rural” brasileiro. *Raízes, Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Campina Grande, UFCG, nº 23, p. 5-23, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (coord.) *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Relatório de pesquisa CNPq. Recife, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida - Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009 a.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 17, nº 1, 2009 b, pp. 60-85.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *The Brazilian rural world: development programs and the rural populations' leading role*. Lisboa, IRSA, 2012. (XIII World Congress of Rural Sociology. Wg 38: Contemporary Ruralities: Methodological reflections in time of contradictions and ambiguities).

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 2 Vols. Brasília. Ed. da UnB. 1998.

WILLEMS, Emílio. (1947). *Cunha; tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. S. Paulo, Secretaria da Agricultura.